

ALINE CRISTINA SERRANO LOPES

ECONOMIA E EDUCAÇÃO

QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL EM CURITIBA

Trabalho de Graduação apresentado à
disciplina de Monografia, Curso de Ciências
Econômicas, Setor de Ciências Sociais
Aplicadas.

Universidade Federal do Paraná.

Orientador Prof. Fábio Dória Scatolin

**CURITIBA
2008**

TERMO DE APROVAÇÃO

ALINE CRISTINA SERRANO LOPES

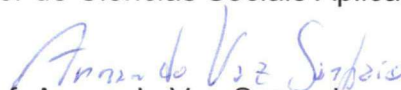
ECONOMIA E EDUCAÇÃO
QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL EM CURITIBA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel no Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, pela Comissão formada pelos professores:

Orientador:


Prof. Fábio Dória Scatolin

Setor de Ciências Sociais Aplicadas, UFPR.


Prof. Armando Vaz Sampaio

Setor de Ciências Sociais Aplicadas, UFPR.


Prof. Luciano Nakabashi

Setor de Ciências Sociais Aplicadas, UFPR.

CURITIBA
2008

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	2
LISTA DE TABELAS	3
RESUMO	4
INTRODUÇÃO	5
1 REFERENCIAL TEÓRICO	8
1.1 CRESCIMENTO ECONÔMICO	8
1.2 EDUCAÇÃO E CRESCIMENTO	10
1.3 A QUESTÃO DA QUALIDADE	15
2. PANORAMA DA SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	22
2.1 ASPECTOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS	23
2.2 INDICADORES EDUCACIONAIS: ASPECTOS QUANTITATIVOS	26
2.3 INDICADORES EDUCACIONAIS: ASPECTOS QUALITATIVOS	32
3. QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL EM CURITIBA	39
3.1 PANORAMA EDUCACIONAL: CURITIBA E PARANÁ	39
3.2 DETERMINANTES DA QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL EM CURITIBA	43
3.2.1 AS REGIONAIS	44
3.2.2 OS RESULTADOS DE CURITIBA	47
CONCLUSÃO	53
ANEXOS	56
REFERÊNCIAS	57

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 -MAPA RENDA MÉDIA POR SETORES CENSITÁRIOS CURITIBA 2000..	41
GRÁFICO 1 -EVOLUÇÃO DA TAXA DE ANALFABETISMO NO BRASIL 1993-2007	26
GRÁFICO 2 -EVOLUÇÃO DE MATRÍCULAS E CONCLUINTES - ENSINO FUNDAMENTAL BRASIL 1997-2005.....	29
GRÁFICO 3 -TAXA DE APROVAÇÃO POR NÍVEIS DE ENSINO (%) 1997 – 2007	32

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -CRESCIMENTO ABSOLUTO E RELATIVO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO BRASIL E REGIÕES GEOGRÁFICAS 1995-2007	24
TABELA 2 -PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR REGIÃO E GRUPOS DE ANOS DE ESTUDO – NÚMEROS ABSOLUTOS 1000 PESSOAS 2007	24
TABELA 3 -EVOLUÇÃO DOS DADOS DE MATRÍCULA EDUCAÇÃO BÁSICA POR UNIDADE FEDERATIVA 2004-2007	27
TABELA 4 -EVOLUÇÃO DOS DADOS DE MATRÍCULA ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO 1997-2007	28
TABELA 5 -EVOLUÇÃO TAXA DE ATENDIMENTO, ESCOLARIZAÇÃO BRUTA E LÍQUIDA BRASIL 1980 – 2005.....	30
TABELA 6 -RESULTADOS E METAS IDEB – BRASIL 2007	34
TABELA 7 -RESULTADO IDEB POR REGIÕES – ENSINO FUNDAMENTAL 1ª A 4ª SÉRIE 1997 – 2007.....	35
TABELA 8 -EVOLUÇÃO DO INAF BRASIL 2001 – 2007	37
TABELA 9 -COMPARATIVO CURITIBA, PARANÁ E BRASIL – MATRÍCULAS E DOCENTES POR SÉRIE - 2007 (%)	40
TABELA 10 -COMPARATIVO CURITIBA, PARANÁ E BRASIL – RESULTADO IDEB ENSINO FUNDAMENTAL 2005-2007.....	42
TABELA 11 -RESULTADOS PISA 2006 – PARANÁ E BRASIL	43
TABELA 12 -BASE DE DADOS: RESULTADOS IDEB 2007 E INDICADORES EDUCACIONAIS E SOCIAIS POR REGIONAL CURITIBANA.....	48
TABELA 13 - RESULTADO: CORRELAÇÃO DADOS NOTAS IDEB/INDICADORES	51

RESUMO

O papel da qualidade da educação como fator promotor do crescimento econômico defendido por muitos economistas, gera a necessidade de estabelecer e compreender os determinantes dessa qualidade. De forma que, esse trabalho tem como objetivo principal a análise dos determinantes da qualidade da educação básica na cidade de Curitiba, através dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB por regionais curitibanas e de uma série de dados referentes às condições sociais e educacionais dos alunos. A proposta do trabalho é a partir dos resultados dessa análise criar um panorama da situação educacional na cidade de Curitiba de acordo com o quadro nacional, proporcionando embasamento para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade do ensino básico.

INTRODUÇÃO

Vários estudos procuram compreender de que forma ocorre o crescimento econômico. A busca por uma “fórmula” ideal motivou grandes discussões a cerca dos fatores capazes de promover o crescimento e desenvolvimento de um país. Dentre esses fatores, destacam-se o avanço tecnológico, a inovação, o capital físico e o capital humano.

A teoria do capital humano, ligada diretamente aos efeitos da educação sobre o crescimento econômico, depara-se com a seguinte problemática: apesar do consenso de que é imprescindível um certo nível de educação para que um determinado país desenvolva capacidade de crescer, as respostas encontradas nas análises empíricas não revelam claramente essa relação.

Na tentativa de resolver essa problemática, desenvolve-se a idéia da importância da qualidade da educação como fator promotor de condições favoráveis ao avanço tecnológico, ao crescimento do capital e a uma melhor distribuição de renda, possibilitando então um ambiente propício ao desenvolvimento do país.

Dessa forma, o objeto de estudo passa a ser sobre os determinantes da qualidade da educação, o entendimento a respeito de como aspectos internos e externos à escola podem interferir positiva ou negativamente sobre o ensino.

O processo de internacionalização do capital e do trabalho presenciado nos últimos anos fomentou o discurso sobre a qualidade da educação no mundo todo. Como resposta a essa realidade, em 1990 é criada pela UNESCO a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, o intuito dessa declaração é priorizar a educação básica, focada em três eixos principais: eficiência, equidade e qualidade.

No Brasil, os esforços para alcançar as metas propostas pelas organizações internacionais, refletiram na implementação a partir do final da década de 1980, de uma série de políticas públicas visando à melhoria do ensino. A priorização da educação básica garantida na Constituição Federal, criação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, desenvolvimento de um sistema eficaz de avaliação do desempenho do ensino fundamental no âmbito nacional, foram algumas das medidas tomadas em todas as esferas de governo.

Os resultados obtidos através dessas iniciativas são bastante visíveis no que se refere aos aspectos quantitativos. Segundo dados do Ministério da Educação, o Brasil está muito próximo da universalização das matrículas no ensino fundamental, a taxa de analfabetismo vem reduzindo consideravelmente nos últimos anos, a capacidade de atendimento do sistema educacional expandiu e o fluxo educacional melhorou. Porém, em se tratando da qualidade educacional os resultados não são tão satisfatórios.

O país enfrenta grandes disparidades sócio-demográficas entre as regiões, que acabam por gerar quadros educacionais bastante divergentes, dificultando a criação de políticas econômicas e distanciando ainda mais as regiões.

No Brasil, a combinação de um sistema educacional público deficiente com graves imperfeições no mercado de crédito tem feito com que o nível de investimentos em capital humano seja sistematicamente abaixo dos padrões internacionais. Além disso, parte desse investimento é perdida devido à baixa qualidade de ensino brasileiro que faz com que a cada ano inúmeras crianças repitam o ano ou abandonem a escola.

A cidade de Curitiba vem alcançando bons resultados nas avaliações educacionais. Em comparativo com outras capitais brasileiras obteve em 2007 o melhor desempenho segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Entretanto, da mesma forma que o país, a capital paranaense apresenta disparidades sócio-educacionais significativas comprometendo a qualidade do ensino.

O presente trabalho tem como objetivo analisar os determinantes da qualidade do ensino fundamental para a cidade de Curitiba. Bem como, avaliar a situação educacional da cidade e do Estado do Paraná perante o cenário nacional, com foco sobre a educação básica.

A linha de pensamento para desenvolver o estudo proposto divide-se em três capítulos. O primeiro capítulo aborda a relação entre crescimento econômico, educação e qualidade, destacando os principais fatores determinantes da qualidade, através da releitura teórica dos principais trabalhos nessa área.

No segundo capítulo, é construído um panorama da situação do ensino básico brasileiro atual a partir de duas perspectivas. A primeira evidencia a evolução da educação no âmbito quantitativo, com foco sobre a questão de acesso à educação. Já

a segunda perspectiva destaca a questão da qualidade, mostra a evolução dos resultados educacionais.

Finalmente, o terceiro capítulo apresenta uma análise da situação da educação na cidade de Curitiba, partindo da contextualização da cidade perante o quadro da educação no Estado do Paraná e no Brasil, e posteriormente analisando os determinantes da qualidade da educação fundamental na cidade com base nos resultados do IDEB.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Este primeiro capítulo traz uma releitura teórica a cerca das principais idéias sobre as relações entre educação e crescimento econômico. Para isso o capítulo foi estruturado em três sessões. A primeira sessão discute brevemente o conceito de crescimento econômico, a segunda sessão aborda as relações propriamente ditas entre educação e crescimento e, finalmente, a última sessão discute a importância da qualidade da educação como determinante do crescimento econômico.

1.1 CRESCIMENTO ECONÔMICO

O conceito de crescimento econômico está ligado às modificações quantitativas do sistema produtivo no longo prazo, ou seja, aumento na capacidade produtiva de uma economia. São inúmeras as teorias a cerca dos fatores que determinam esse crescimento.

Sobre a evolução da teoria do crescimento econômico, BARRO e SALA-I-MARTIN (1999) apresentam as contribuições desde o início do século XX com Adam Smith, David Ricardo e Malthus, onde iniciaram as discussões de tamanho de mercado, acumulação de capital, divisão do trabalho, rendimentos decrescentes e papel da tecnologia. Passando pelos estudos de meados da década de 1980 como Romer e Lucas, com o surgimento das questões sobre progresso técnico endógeno e a incorporação do capital humano e de externalidades, o que trouxe novas perspectivas a respeito das variáveis da função de produção, a partir das quais o capital humano passou a ser visto como um dos principais determinantes do crescimento no longo prazo. Até a inserção de conceitos como pesquisa e desenvolvimento, papel do governo e o progresso técnico, nos estudos mais recentes como os de Romer, Aghion e Howitt e Grossman e Helpman.

GOUL E RUFFIN (1993) abordam em sua análise os fatores favoráveis e desfavoráveis ao crescimento. Apontam como principais fatores alavancadores a escolaridade, o investimento em educação, o investimento em equipamentos e o nível de capital humano. E como principais redutores do crescimento: gastos do governo,

instabilidade social e política, barreiras ao comércio e o socialismo. De forma que o governo é a única variável capaz de intervir a favor ou contra o crescimento, dependendo da política adotada.

Um dos trabalhos mais importantes a respeito do crescimento foi desenvolvido por EASTERLY (2004), o autor faz uma análise de todos os mecanismos utilizados para promoção do crescimento econômico, como por exemplo: ajuda externa, educação, controle populacional, investimento e perdão da dívida no caso dos países pobres. Ele apresenta algumas conclusões relevantes sobre esses mecanismos e os motivos pelos quais os resultados gerados não foram satisfatórios.

A primeira conclusão é em relação ao investimento, pois muitos dos mecanismos de crescimento buscam calcular uma quantidade de investimento ideal capaz de gerar certo crescimento. Para EASTERLY (2004), não existe uma correlação estável entre investimento e crescimento. Além do que, apenas o investimento não é suficiente para obtenção do crescimento, mas sim, um conjunto de fatores favoráveis capazes de alterar o processo produtivo e gerar resultados positivos.

EASTERLY (2004) explica através da teoria dos rendimentos decrescentes o fato de que os investimentos em bens de capital não resultam em aumento indefinido da produção. Isso se dá pelo fato de que o simples aumento do maquinário, mantendo o número de trabalhadores constante faz com que o rendimento por máquina seja reduzido.

Segundo EASTERLY (2004), a explosão educacional dos anos 1990 como propulsão do crescimento fracassou devido à falta de incentivos para aquisição de capacitação. O autor defende a idéia de que investir em educação, aumentar a frequência escolar e capacitar as pessoas sem promover em conjunto um ambiente adequado capaz de absorver essas qualificações não resultará em crescimento.

Quanto à questão do aumento populacional ser visto como freio do crescimento econômico por alguns autores, EASTERLY (2004) argumenta que muitos dos países ricos se encontram em crise financeira justamente pela falta de população ativa, que gera um descompasso entre trabalhadores contribuintes e aposentados que recebem benefícios do governo. Para o autor o problema da falta de recursos como alimentos,

por exemplo, que é argumento das políticas de controle populacional, pode ser facilmente superado com o desenvolvimento e a utilização de novas tecnologias.

Para EASTERLY (2004), as políticas de redistribuição de renda, bem como perdão da dívida externa no caso dos países pobres, não solucionam o problema de crescimento uma vez que, geram certo comodismo por parte daqueles que recebem a ajuda. Estes não vêem a ajuda como incentivo para investir no futuro, pois acabam criando uma cultura de que sempre que estiverem com dificuldades irão receber ajuda novamente.

Com base nessas discussões, EASTERLY (2004) defende duas idéias principais, a primeira é que no longo prazo apenas a mudança tecnológica é capaz de alterar o nível de crescimento, conforme propunha a tese de Solow. E a segunda, sua principal tese, é que as pessoas respondem a incentivos, ou seja, qualquer esforço no intuito de gerar crescimento gerará resultados positivos se as pessoas forem incentivadas a corresponderem a esses esforços.

Dentre as variáveis mais relevantes consideradas nas pesquisas sobre o crescimento estão capital humano, capital físico, tecnologia e inovação, e foi a partir da inserção dessas variáveis que a teoria do crescimento ganhou um melhor arcabouço teórico e científico buscando compreender e quantificar a evolução do produto interno bruto (PIB), a principal medida de crescimento dos países ao longo do tempo.

1.2 EDUCAÇÃO E CRESCIMENTO

Os problemas de crescimento econômico e melhor distribuição de renda foram as principais preocupações que impulsionaram a teoria do capital humano, que ganhou força a partir da década de 1960. A teoria tem como base o papel relevante que os investimentos em educação ocupam no progresso das sociedades. De forma que os países que apresentam um maior crescimento são aqueles que tiveram maiores dispêndios em busca da educação de qualidade. Numerosos estudos apontam forte correlação entre investimentos em educação e desenvolvimento, aqueles indivíduos com maior acesso à escola, portanto mais escolarizados, são favorecidos no mercado de trabalho obtendo maiores retornos em rendimentos. Esses efeitos são

potencializados através de um sistema educacional inclusivo e eficiente. Para a sociedade o resultado é a qualidade de vida e o bem estar social, enquanto que para a economia, a melhoria ocorre na questão da produtividade e na utilização da inovação tecnológica.

O pressuposto central dessa teoria é o de que capital humano é sempre algo produzido, isto é, algo que é o produto de decisões deliberadas de investimento em educação ou em treinamento. Em todas as economias modernas, o grau de educação possuído por um indivíduo correlaciona-se positivamente com os rendimentos pessoais (ALMEIDA, E. e PEREIRA, R. 2000).

A teoria do capital humano afirma que "uma educação adicional elevará os rendimentos futuros, e, neste sentido, a aquisição de educação é da natureza de um investimento privado em rendimentos futuros" (BLAUG, 1971). Dessa forma, fica muito clara a relação entre a produtividade física do capital e a educação, o que justifica o tratamento analítico da educação como capital, ou seja, capital humano.

Segundo o estudo de HANUSHEK E KIMKO (2000) que utiliza como base teórica a análise empírica dos modelos de crescimento endógeno, o fator responsável pelo crescimento é a acumulação de capital humano.

Alguns estudos como os de LUCAS (1988) e UZAWA (1965) introduziram variáveis para medir a qualidade de ensino, e os resultados obtidos apontam a existência da correlação qualidade de educação e crescimento da renda per capita.

SCHULTZ (1973) também aponta como explicação das relações econômicas o capital humano. Segundo ele, a educação como meio de capacidade produtora deve ser encarada como parte do capital, como propriedade dos meios de produção.

"Se o coeficiente de todo capital em relação à renda permanece essencialmente constante, então o crescimento econômico inexplicado, que tem sido de uma presença tão perturbadora, tem a sua origem primordialmente a partir da elevação do acervo do capital humano. (...) as capacitações econômicas do homem são predominantemente um meio fabricado de produção e que, à exceção de alguma renda pura (em rendimentos) para marcar as diferenças em capacitações herdadas, a maioria das diferenças de rendimentos é uma diferença nos quantitativos que foram investidos nas pessoas. (...) a estrutura dos ordenados e dos salários é determinada primordialmente pelo

investimento na escolarização, na saúde, no treinamento local de trabalho, na busca de informações acerca das oportunidades de empregos, e pelo investimento na migração. (...)uma distribuição mais eqüitativa de investimentos no homem igualiza os rendimentos entre os agentes humanos (...).”

É consenso dentre vários economistas e pesquisadores a relevância da educação frente ao crescimento, no entanto, há uma grande dificuldade de se avaliar os efeitos do investimento em educação, isso está relacionado ao fato de que estes não trazem impactos apenas àqueles que utilizam a educação, o que pode ser chamado de efeitos privados da educação, mas também geram uma infinidade de impactos àqueles que os rodeiam.

Analisando os efeitos privados a educação eleva os salários mediante aumento da produtividade, eleva expectativa de vida uma vez que a família dispõe de maiores recursos, também há uma diminuição no tamanho das famílias que implica numa redução da pobreza no longo prazo. Já sobre os efeitos externos gerados pela educação, estes são mais numerosos, pouco conhecidos e mais difíceis de estimar.

Outra questão relevante é referente à potencialidade dos efeitos da qualidade da educação sobre a produtividade individual e nacional, uma vez que as respostas de alterações e melhorias na qualidade da educação não são imediatas, estas são sentidas no futuro, e não há um prazo exato para que isso ocorra, irá depender do nível de desenvolvimento de cada país. Esta é uma das explicações de porque se verifica diferença entre os níveis nas taxas de crescimento entre os países.

Em um estudo recente, HANUSEK e WOBMANN (2007) destacaram quatro grandes incertezas quando às políticas voltadas para o desenvolvimento, ligadas a educação. Em primeiro lugar, levantam a questão quanto à divergência entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, nos seus diferentes aspectos entre as formas e níveis de escolaridade. Segundo, existem países que têm expandido as oportunidades ligadas ao bem estar econômico, com recursos próprios ou com auxílio de outros países, sem utilização da escolaridade. Terceiro, apontam a dificuldade de alguns países em desenvolver programas de ensino eficientes. E em quarto lugar, questionam os efeitos da educação, pois muitas vezes, mesmo tendo a educação como

foco, com abordagens eficientes, nem sempre os resultados gerados saem como o esperado.

Segundo HANUSHEK (2005), em seu estudo sobre economia e qualidade escolar, uma das grandes preocupações em análises sobre a questão educacional é descobrir se a escolaridade representa a verdadeira causa do crescimento, ou se ela é apenas um reflexo de outros atributos benéficos ao crescimento econômico. HANUSHEK destaca que outros fatores que afetam o crescimento, como mercado eficiente e organizações, também estão associados aos resultados da produtividade da escola e considera em seus estudos a possibilidade da causalidade reversa, ou seja, que países com crescimento acelerado têm maiores recursos para investir na educação e, portanto, um melhor desempenho dos estudantes reflita as melhorias do crescimento e não o contrário.

Os impactos da educação sobre o crescimento não podem ser desprezados, mas não basta investimento em educação de qualidade se faltam outros elementos cruciais como mercado adequado, instituições governamentais de apoio ao funcionamento da economia.

Os reflexos da educação na redução da desigualdade são abordados por BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA (2000), onde são destacados os impactos positivos da educação sobre aspectos socioeconômicos agregados através de estimativas para a realidade brasileira, demonstrando que a expansão da educação gera crescimento econômico, redução no crescimento populacional, queda na mortalidade infantil e aumento na expectativa de nascimento. Esse pressuposto justifica a necessidade de identificar as relações causais e a relevância dos hiatos educacionais e da renda per capita.

A desigualdade salarial pode ser gerada tanto através da diferença de produtividade entre os trabalhadores como pela discriminação e segmentação resultantes dos processos de mercado, portanto na medida em que a educação pode ser um dos principais determinantes da desigualdade salarial no mundo, ela pode explicar também o excesso da desigualdade de renda no Brasil em relação aos países industrializados.

No artigo a respeito da medida do crescimento econômico, da revista *THE ECONOMIST* (2004), aparece a discussão trazida por uma equipe canadense, para solucionar a questão sobre o nível de educação e resultados no crescimento. Segundo a qual, o capital humano só apresenta resultados significativos para o nível de crescimento quando são consideradas como medidas as competências reais, uma vez que o diploma é um indicador falho quanto às habilidades capazes de aumentar a capacidade produtiva. A partir da década de 1990, começaram a ser desenvolvidos testes capazes de avaliar como jovens e adultos de diferentes países adquiriam essas competências e como utilizavam as habilidades conquistadas na resolução problemas do cotidiano. Na avaliação micro, são essas competências que apresentam estrita correlação com a produtividade.

As questões de anos de escolaridade e retornos de crescimento são discutidas por HANUSEK e WOBMANN (2007), nesse estudo elaboram uma crítica de como a medida dos anos de escolaridade vem sendo tratada para avaliação do crescimento econômico. Fazem uma importante ressalva quanto à quantidade de conhecimento adquirida por ano de estudo em diversos países, como essa quantidade não é igual, ela é utilizada erroneamente para comparação do nível de crescimento dos países. Além disso, apontam a relevância de fatores externos como família, escola e amigos, que têm relação direta com o desenvolvimento das competências cognitivas, ignorar esses fatores introduz outro erro na análise de crescimento e também do rendimento individual, uma vez que implicitamente assume que as competências do capital humano surgem apenas da educação formal. Quanto aos retornos, a conclusão que eles apresentam é que estes são muito mais significativos para os países em desenvolvimento do que nos países desenvolvidos, esses resultados são explicados através da relação de complementaridade entre qualidade e realização escolar.

Partindo dos conceitos da teoria do capital humano e da discussão dos efeitos da educação na questão do desenvolvimento e crescimento econômico. Mais que a educação, é preciso considerar a educação de qualidade, pois essa é capaz de alterar o nível de habilidades e conhecimento das pessoas, afetar os níveis de produtividade, tornando possível o desenvolvimento econômico e a melhor distribuição de renda.

1.3 A QUESTÃO DA QUALIDADE

De acordo com SOARES (2003), a busca pela compreensão dos determinantes do sucesso educacional está dividida em duas linhas de pensamento. A primeira apresenta um enfoque quanto à quantidade e trata do número de anos que o aluno passa na escola, utiliza variáveis como taxas de repetência, evasão e analfabetismo.

Indicadores de alguns países, como é o caso do Brasil, mostram que quase 100% das crianças de ensino fundamental estão matriculadas nas escolas. No entanto, devido uma série de determinantes as taxas de conclusão são muito inferiores em relação ao número de matrículas. CARDOSO e VERNER (2007) em seu estudo sobre evasão escolar apontam como principais causas do abandono escolar a paternidade precoce, o trabalho infantil nas áreas rurais e a pobreza.

A segunda linha de pensamento, muito mais relevante sob o ponto de vista dos economistas, trata a questão da qualidade da educação que pode ser medida através de testes que mostram os conhecimentos e habilidades cognitivas adquiridas pelos alunos.

Segundo estudo de HANUSEK e WOBMANN (2007), considerando o ensino básico, alguns países apresentam altos índices de analfabetos funcionais¹, como é o caso do Brasil, onde 66% das crianças não apresentam as competências cognitivas mínimas, que está à frente apenas da Arábia Saudita (67%) e do Peru (82%).

Buscando solucionar essa e outras questões educacionais. Em 1990, sob responsabilidade da UNESCO, surgiu o programa Educação para Todos, destacando seis objetivos principais para se alcançar uma educação igualitária no mundo, sendo eles:

¹ A ampla disseminação do termo analfabetismo funcional em âmbito mundial deveu-se basicamente à ação da UNESCO, que adotou o termo na definição de alfabetização que propôs, em 1978, visando padronizar as estatísticas educacionais e influenciar as políticas educativas dos países membros. A definição de alfabetização que a UNESCO propusera em 1958 fazia referência à capacidade de ler compreensivamente ou escrever um enunciado curto e simples relacionado a sua vida diária. Vinte anos depois, a mesma UNESCO proporia outra definição, qualificando a alfabetização de funcional quando suficiente para que os indivíduos possam inserir-se adequadamente em seu meio, sendo capazes desempenhar tarefas em que a leitura, a escrita e o cálculo são demandados para o seu próprio desenvolvimento e para o desenvolvimento de sua comunidade. O qualificativo funcional insere a definição do alfabetismo na perspectiva do relativismo sócio-cultural. Tal definição já não visa limitar a competência ao seu nível mais simples (ler e escrever enunciados simples referidos à vida diária), mas abrigar graus e tipos diversos de habilidades, de acordo com as necessidades impostas pelos contextos econômicos, políticos ou sócio-culturais (RIBEIRO, V. 1997)

Cuidados e Educação para a Primeira Infância: desenvolver e melhorar a proteção e a educação da primeira infância, nomeadamente das crianças mais vulneráveis e desfavorecidas;

Universalização do Ensino Primário: proceder de forma a que, até 2015, todas as crianças tenham acesso a um ensino primário obrigatório gratuito e de boa qualidade;

Educação de jovens e adultos: responder às necessidades educativas de todos os jovens e adultos, tendo por objetivo a aquisição de competências necessárias;

Alfabetização: melhorar em 50% os níveis de alfabetização dos adultos, até 2015;

Gênero: eliminar a disparidade do gênero no acesso à educação primária e secundária até 2005 e instaurar a igualdade nesse domínio em 2015; e

Qualidade: Melhorar a qualidade da educação.

Para a UNESCO (2005), a definição de qualidade da educação está baseada em dois princípios. O primeiro identifica o desenvolvimento cognitivo dos alunos como grande objetivo explícito de todos os sistemas educacionais. E o segundo dá ênfase ao papel da educação na promoção de valores e atitudes de cidadania responsável e no cultivo do desenvolvimento criativo e emocional.

Segundo o Relatório Global de Acompanhamento do EPT de 2005, a questão da qualidade é a mais sensível, pois países que encontram dificuldades em solucionar problemas simples como acesso e alfabetização, encontrarão maior dificuldade na questão da qualidade. Outro ponto que o relatório destaca é a disparidade entre países ricos e pobres, no que se refere ao investimento em educação em relação ao PIB. As notas obtidas nos testes nacionais e internacionais mostram que os baixos resultados são generalizados na maioria das regiões em desenvolvimento. E apesar desses países terem aumentado muito os gastos públicos com educação a partir dos anos 1990, ainda enfrentam problemas como sistemas mal equipados, alta razão aluno/professor e professores pouco qualificados.

Tendo essa discussão como ponto de partida, percebe-se que só o simples acesso à escola não é o bastante quando se trata de educação. Passam a ser consideradas questões como evasão escolar, resultados de aprendizagem, melhoria e

manutenção na qualidade de ensino, bem como estudo e compreensão dos fatores determinantes dessa qualidade, análise das divergências do ensino em diferentes países e nas diferentes regiões de um mesmo país, e também as diferenças de ensino devido aos níveis sócio-econômicos.

Para ALBERNAZ, FERREIRA e FRANCO (2002), os determinantes da qualidade do ensino fundamental no Brasil podem ser divididos em duas categorias, uma relacionando as características individuais e familiares dos estudantes, destacando a importância do nível sócio-econômico da família. Outra, expondo o papel das variáveis escolares e dos professores, considerando recursos financeiros, condições das salas e níveis dos professores. No entanto, existe uma série de fatores que podem interferir na qualidade de ensino, e cabe a cada país estudar esses fatores de modo a potencializar as políticas capazes de corrigir essas deficiências.

A UNESCO (2005), propondo fazer um mapeamento dos principais elementos dos sistemas educacionais e da maneira como eles interagem, apresenta um esquema levando em conta cinco grandes fatores que afetam a qualidade, através de uma perspectiva bem abrangente, cobrindo desde questões de acesso até o resultado propriamente dito.

O primeiro fator considerado é o próprio aluno, e suas características individuais. Partindo do princípio que todos os alunos chegam iguais à escola, e dispõem das mesmas capacidades de desenvolver as habilidades cognitivas, são destacadas algumas características como aptidão, perseverança, prontidão para a escola, conhecimento prévio, além de barreiras ao aprendizado como fatores socioeconômicos do ambiente de origem, gênero, deficiências, raça, etnia, HIV/Aids e a ocorrência de situações tais como conflitos e desastres. De forma que, um desses elementos ou um conjunto deles podem gerar um potencial de desigualdades que tem que ser levado em conta nas políticas voltadas a melhoria da qualidade.

O contexto no qual o aluno está inserido, é o segundo fator destacado como capaz de influenciar na qualidade, uma vez que a educação acaba se tornando reflexo dos valores e das atitudes da sociedade. Fazem parte desse contexto, a situação econômica e de mercado de trabalho na comunidade, fatores sócio-culturais e religiosos, estratégias assistenciais, conhecimento educacional e estrutura de apoio,

recursos públicos disponíveis para a educação, competitividade da profissão docente no mercado de trabalho, estratégias administrativas do governo do país, perspectiva filosófica dos professores e alunos, influência dos pares, apoio dos pais, tempo disponível para a escola e os deveres de casa, padrões nacionais, expectativas por parte do público, demanda do mercado de trabalho e globalização.

Em terceiro, aparecem os insumos, ligados à questão da qualidade e disponibilidade dos serviços educacionais. Nessa discussão estão incluídos os fatores pertinentes principalmente à estrutura das escolas, levando em conta os recursos escolares e seus custos, como equipamentos, espaço físico e material didático. Além dos recursos humanos representados, sobretudo pelos professores, além de administradores, supervisores e inspetores.

Os insumos da qualidade educacional são medidos principalmente através da razão aluno/professor, razão escola/população escolar, dos salários e da escolaridade média dos professores, dos gastos públicos por aluno e da porcentagem do PIB aplicada na educação.

Um estudo realizado por BARROS, et al (2001) a respeito da importância da qualidade da infra-estrutura da escola no Brasil, aponta que os impactos desses fatores são muito representativos no ensino fundamental, mas em relação ao ensino médio não se mostram significantes.

A cerca desse assunto, HANUSEK e WOBMANN (2007), trazem uma discussão bem relevante quanto ao investimento e sobre a qualidade dos professores na sala de aula. Eles tentam comprovar que a qualidade dos professores é um atributo muito mais importante do que o mero investimento em educação. Mostrando que não há uma relação explícita entre gastos e desempenho do aluno, no entanto não negam que uma quantidade de recursos mínima seja fundamental para promoção da aprendizagem dos alunos. Mas identificam que a base da política não deve estar relacionada com grandes recursos. Sugerem que as políticas educacionais tenham como foco a qualidade dos professores, criando meios de avaliação dessa qualidade dentro da sala de aula, inclusive com incentivos baseados em penalidades e recompensas de acordo com a aprendizagem dos alunos.

O quarto fator destacado pela UNESCO (2005), está ligado aos acontecimentos dentro da sala de aula, do ensino e aprendizado propriamente dito. A importância dos processos pedagógicos, dos métodos de ensino, da segurança, da participação da comunidade e principalmente da avaliação dos processos de ensino.

Por último, em quinto lugar aparece o fator resultado, que vai muito além dos resultados acadêmicos como alfabetização e conhecimentos gerais, mas estão ligados também aos ganhos sociais (valores, habilidades criativas e emocionais) e econômicos mais amplos.

Em geral, as abordagens a respeito dos determinantes do desempenho da educação relacionam os seguintes fatores como mais relevantes: características pessoais do aluno, qualidade e disponibilidade dos serviços educacionais e o contexto no qual o aluno está inserido. O ambiente familiar e o ambiente comunitário fazem parte do contexto no qual o aluno está inserido, e são de grande representatividade sobre resultados de aprendizagem.

A família, bem como seu nível socioeconômico pode afetar positiva ou negativamente o aprendizado, a partir de dois recursos principais: a renda da família e o nível de escolaridade dos pais.

Quanto menos pobres as famílias é provável que os recursos destinados à promoção do capital humano sejam maiores. E desse aspecto surge um agravante, pois se o nível de pobreza está relacionado com a quantidade de educação, indivíduos oriundos de famílias pobres tendem a investir menos em educação, e serão, portanto, mais pobres no futuro tornando mais graves os problemas de distribuição de renda como acontece principalmente nos países subdesenvolvidos. Analogamente, nos países que significativa parte da população é pobre observam-se maiores distorções no mercado de crédito, o que afeta os investimentos em capital físico e humano ocasionando um crescimento econômico mais lento.

Os valores associados às classes sociais também se refletem nas motivações, nas características e nas atitudes das crianças, conforme MUSSEN (1970). Em relação à motivação de realização, o autor afirma que, em geral, uma família de classe média tende a valorizar mais a capacidade de realização de seus filhos, recompensando-os de alguma maneira, o que não acontece nas famílias de classes mais baixas. Isso resulta

em um interesse maior aos estudos nas crianças de classe média ou alta e uma tendência às dificuldades educacionais aparecerem nas crianças de classe baixa.

Ainda segundo MUSSEN (1970), há uma diferença também quanto ao vocabulário, articulação, fala correta e construção de frases entre as crianças oriundas de diferentes classes, surgindo dessa forma, uma importante relação entre o nível de escolaridade dos pais com o desempenho das crianças. Esses são motivos pelos quais famílias em posições economicamente mais favoráveis, e mais educadas, em geral conseguem que seus filhos atinjam níveis mais altos de escolaridade.

Alguns estudos como o de BARROS e MENDONÇA (1997), demonstram que existe uma associação mais estreita do desempenho educacional com a escolaridade dos pais do que com a renda familiar *per capita*. Uma vez que a escolaridade dos pais geralmente está relacionada com a renda da família, é natural que ela esteja mais correlacionada com a escolaridade dos filhos. Além disso, pais que receberam uma educação privilegiada terão a preocupação de dar aos seus filhos uma educação tão boa, ou melhor, do que a que eles tiveram, esse incentivo sustenta a difusão do conhecimento, como aponta CASTRO (1976).

Por fim, resta destacar a relação entre o ambiente comunitário e o processo de investimento e os resultados sobre o capital humano. A princípio, uma comunidade com mais recursos disponíveis, teria maiores condições de reduzir os custos de produzir educação. Baseado nessa questão, dois pontos importantes podem ser destacados, um diz respeito ao custo marginal de educar uma pessoa a mais, que pode ser decrescente no que se refere à utilização de recursos comunitários. Outro, os custos de aprendizado dos estudantes podem ser reduzidos se estes receberem auxílio dos membros adultos da comunidade. Conforme apresentado por BARROS, et al (2001) "A efetividade desse auxílio deverá ser proporcional ao nível médio de escolaridade da comunidade, ou seja, ao volume de recursos comunitários".

Outro aspecto importante refere-se ao mercado de trabalho, sendo que uma comunidade mais rica pode oferecer alternativas de emprego mais atraentes e assim elevar o custo de oportunidade do tempo despendido na aquisição de educação.

Partindo dessa ótica, a escolaridade média da população adulta residente na comunidade e a renda *per capita* da comunidade devem afetar positivamente os resultados sobre a educação dos seus estudantes.

Uma vez apresentada a discussão teórica dos efeitos da educação sobre o crescimento econômico, bem como destacada a importância da qualidade da educação e seus principais determinantes. O próximo capítulo traz um panorama da situação educacional brasileira atual.

2 PANORAMA DA SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O intuito deste capítulo é apresentar alguns subsídios que possibilitem um exame sobre a situação educacional no Brasil. O objetivo principal é mostrar que, muito embora o país tenha apresentado avanços significativos no que diz respeito à educação, principalmente na questão do acesso, ainda tem muitos ajustes para realizar.

O sistema de educação básica brasileiro pode ser dividido em três blocos: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

No Brasil, considera-se como educação infantil, o período de vida escolar em que se atende, pedagogicamente, crianças com idade entre 0 e 6 anos. Na educação infantil as crianças são estimuladas através de atividades lúdicas e jogos, a exercitar suas capacidades motoras, fazer descobertas, e iniciar o processo de letramento.

Já o ensino fundamental tem como objetivo a formação básica do cidadão, mediante alguns critérios definidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996:

- I. O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.
- II. A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.
- III. O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores.
- IV. O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social» (art. 32).

O ensino fundamental, portanto, é o nível de ensino em que devem ser construídas as bases para a formação e consciência da cidadania, principalmente através do acesso à leitura, à escrita e aos conhecimentos de uma forma geral, do desenvolvimento das capacidades individuais e do convívio social.

Desde 1996, no Brasil, corresponde ao ensino médio a etapa do sistema de ensino equivalente à última fase da educação básica chamado de segundo grau, cuja

finalidade é o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, bem como a formação do cidadão para a vida social e para o mercado de trabalho, oferecendo o conhecimento básico necessário para o estudante ingressar no ensino superior.

No Brasil, o desenvolvimento da educação está voltado para a incorporação do país no contexto da globalização, proporcionando maior capacidade produtiva e, portanto, competitiva junto ao mercado internacional. De forma que as políticas educacionais têm como prioridade, a melhora da educação voltada para o campo econômico, fazendo as reformas necessárias com a utilização de recursos mínimos.

Para compreender a situação educacional do Brasil, é preciso entender alguns aspectos sócio-demográficos como distribuição regional da população, nível de instrução da população e taxa de analfabetismo, alguns aspectos quantitativos como taxa de matrículas, taxa de concluintes, acesso e participação, eficiência e rendimento escolar, além de outros aspectos relacionados à qualidade como índices e programas educacionais, possibilitando também uma visão da situação brasileira no âmbito internacional.

2.1 ASPECTOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS

De acordo com dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Brasil tinha em 2007 183,9 milhões de habitantes, divididos nas cinco regiões conforme pode ser observado na Tabela 1. No período 1995-2007, as regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram crescimento superior à média nacional porém, a distribuição espacial da população brasileira ainda é altamente concentrada nas regiões Sudeste e Nordeste, que juntas reúnem 70,4% da população.

Enquanto as regiões Sul e Sudeste mostram queda no crescimento e na taxa de fecundidade nos últimos anos, a região Norte apresenta crescimento acima da média nacional, o que reflete em um aumento na população em idade escolar. Essas diferenças regionais no processo demográfico refletem por sua vez, nas disparidades no que diz respeito às condições de educação bem como na discussão das políticas aplicadas para resolução dos problemas, de forma que, o esforço necessário à

manutenção e melhoria do sistema de ensino deve ser diferenciado em função do quadro de cada região, constituindo um grande desafio para o país.

TABELA 1 – CRESCIMENTO ABSOLUTO E RELATIVO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO BRASIL E REGIÕES GEOGRÁFICAS 1995-2007

	1995		2007		Crescimento (%)
	Pop.Absoluta	(%)	Pop.Absoluta	(%)	
Norte	11,2	7,2	14,5	7,9	29,5
Nordeste	44,9	28,8	51,5	28,0	14,7
Centro-Oeste	10,9	7,0	13,2	7,2	21,1
Sudeste	66,3	42,6	77,8	42,4	17,3
Sul	23,1	14,4	26,7	14,5	15,6
Total População*	156,4		183,7		17,5

* População em milhões de habitantes

Fonte: IBGE

Elaboração própria

A partir das tabelas 1 e 2, é possível fazer um comparativo entre anos de estudo dos indivíduos com mais de 10 anos de idade de acordo com a região do país em que estão alocados. Considerando o percentual da população com menos de quatro anos de estudo, as regiões Norte e Nordeste são as que apresentam os números mais baixos, para a região Norte 23,6% da população, com mais de 10 anos tem menos de quatro anos de estudo, para região Nordeste esse número aumenta para 29,1% e, para as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste os percentuais são 18,8%, 15,6% e 15,5%, respectivamente.

TABELA 2 - PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR REGIÃO E GRUPOS DE ANOS DE ESTUDO – NÚMEROS ABSOLUTOS 1000 PESSOAS 2007

Anos de Estudo	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Menos de 1 ano	1 428	7 416	4 650	1 517	1 042
1 a 3 anos	2 004	7 610	7 479	2 665	1 450
4 a 7 anos	3 565	12 166	19 811	7 846	3 371
8 a 10 anos	2 073	6 222	12 568	4 252	1 978
11 anos ou mais	3 008	9 371	24 719	7 358	3 469
Total	12 078	42 785	69 227	23 638	11 310

Fonte: IBGE

Elaboração própria

A média brasileira de pessoas com mais de 10 anos de idade e mais de onze anos de estudo, ou seja, com o ensino médio completo, está em torno de 26%, sendo que, a região Sudeste apresenta os melhores índices, com 31,7%, seguida pelas regiões Sul (27,5%) e Centro-Oeste (26,2%), mais uma vez as regiões Norte e Nordeste mostram os piores resultados com 20,7% e 18,1%, cada.

Esses números apontam que além das regiões brasileiras apresentarem diferenças significativas quanto à transição demográfica, apresentam também consideráveis disparidades no que se refere ao fluxo escolar. Sendo que, geralmente, nas áreas menos desenvolvidas os problemas educacionais são mais comuns, agravando ainda mais as diferenças regionais.

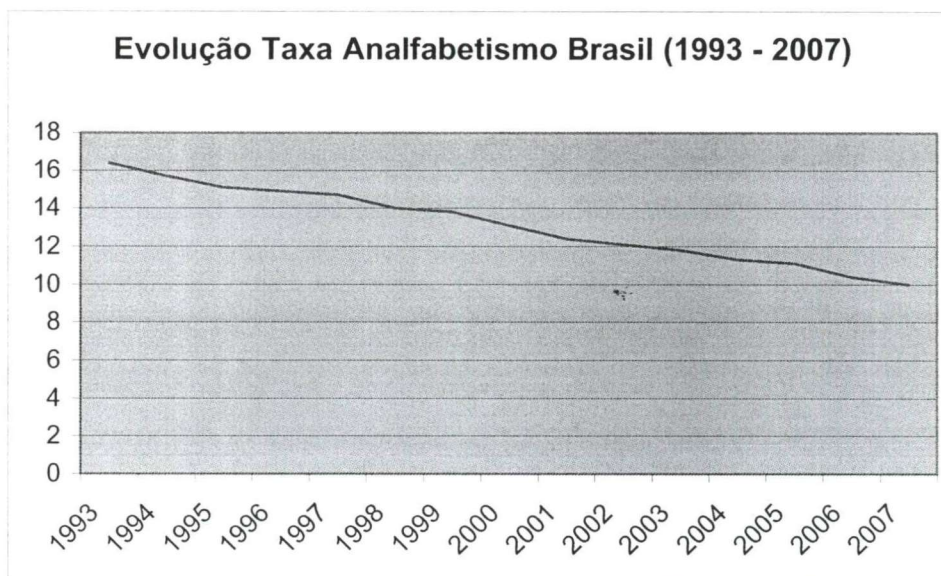
Um fluxo escolar ideal seria aquele que o aluno ingressa no ensino fundamental aos 7 anos de idade e completa uma série por ano até concluir o ensino básico. A repetência é a principal causa que impede que esse fluxo ocorra da forma correta. Segundo RIGOTTI (2001), a repetência dos alunos brasileiros por muito tempo mascarou o número de novos alunos que ingressavam na escola a cada ano, gerando insuficiência do atendimento escolar e altas taxas de analfabetismo.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, define uma pessoa alfabetizada como aquela que responde que sabe ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece. Segundo dados dessa pesquisa, em 2007, considerando apenas pessoas com mais de 15 anos de idade, o Brasil apresentava cerca de 14,1 milhões de analfabetos e uma taxa de analfabetismo² de 10%, apresentando uma queda significativa nos últimos anos conforme expressa o gráfico 1.

Também de acordo com dados da PNAD de 2007, verifica-se diferença em relação à taxa de analfabetismo e fatores como grupo de idade e sexo.

² A taxa de analfabetismo é medida pela razão entre o número de analfabetos na faixa etária considerada e o total do contingente populacional nessa faixa etária, multiplicada por cem (100).

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE ANALFABETISMO NO BRASIL 1993-2007



Fonte: PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1993/2007.
Elaboração Própria

De acordo com a faixa etária, o menor índice fica entre pessoas com 15 e 17 anos (1,7%) e o maior entre os que têm 25 anos ou mais (12,5%). Sendo que, as regiões Norte e Nordeste registram os índices mais altos de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais (10,8% e 19,9%, respectivamente), em contraste com números muito menores das regiões Sul (5,4%) e Sudeste (5,7%).

Considerando a taxa de analfabetismo por sexo, entre os homens o índice é de 10,2%, porcentagem superior à registrada pelas mulheres de 10,1%.

2.2 INDICADORES EDUCACIONAIS: ASPECTOS QUANTITATIVOS

A análise dos aspectos quantitativos da educação está relacionada à capacidade de atendimento do sistema educacional brasileiro. No sentido de avaliar essa capacidade, o Brasil conta com o Censo Escolar, desenvolvido anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP em conjunto com o

Ministério da Educação, que apresenta uma série de dados estatísticos sobre as instituições de ensino públicas e privadas.

Os dados de matrícula e concluintes são os principais indicadores da capacidade de atendimento do sistema educacional. No Brasil, de acordo com dados do último Censo Escolar, estão matriculados 52.969.456 estudantes na educação básica, sendo que 46.610.710 em escolas públicas e 6.358.746 em escolas privadas. As redes municipais abrigam a maior parte dos alunos, com 24.516.221 matriculados.

De acordo com a Tabela 3, nos últimos quatro anos as taxas de matrícula vêm sendo decrescentes isso se deve principalmente a transição demográfica em que o Brasil se encontra, com desaceleração do crescimento e diminuição da população em idade escolar principalmente nas regiões mais representativas como o Sudeste.

TABELA 3 - EVOLUÇÃO DOS DADOS DE MATRÍCULA EDUCAÇÃO BÁSICA POR UNIDADE FEDERATIVA 2004-2007

	2004	2005	2006	2007
Total	56.851.090	56.471.804	55.942.047	52.969.456
Estadual	24.351.782	23.571.777	23.175.567	21.914.653
Municipal	24.949.623	25.286.425	25.243.156	24.516.221
Privada	7.371.305	7.431.103	7.346.203	6.358.746
Federal	178.380	182.499	177.121	179.836

Fonte: INEP/MEC - Censo Educacional

Elaboração própria

Comparando os dados por unidade federativa, o número de matrículas no ensino básico na rede municipal apresentou crescimento no período analisado, enquanto em 2004 representava 43,9% do total de matrículas, em 2007 esse número passou para 46,3%. Contrariamente ao que acontece com o quadro das matrículas da rede estadual, que em 2004 representavam 42,8% do total de matrículas e em 2007 essa taxa reduziu para 41,4%.

A queda de cerca de três milhões de matrículas na educação básica (redes pública e privada), em relação a 2006, indica que o Ministério da Educação poderá aplicar de maneira mais eficiente os recursos que serão distribuídos às escolas públicas em virtude desses alunos excedentes. É o que indicam os dados consolidados do

Educacenso 2007. Dos R\$ 10 bilhões que o governo federal investe na educação básica, cerca de R\$ 400 milhões serão redistribuídos a partir desses dados.

TABELA 4 - EVOLUÇÃO DOS DADOS DE MATRÍCULA ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO 1997-2007

	1997	2007
Ensino Fundamental	34.229.388	32.102.787
Ensino Médio	6.405.057	8.362.994

Fonte: INEP/MEC - Censo Educacional

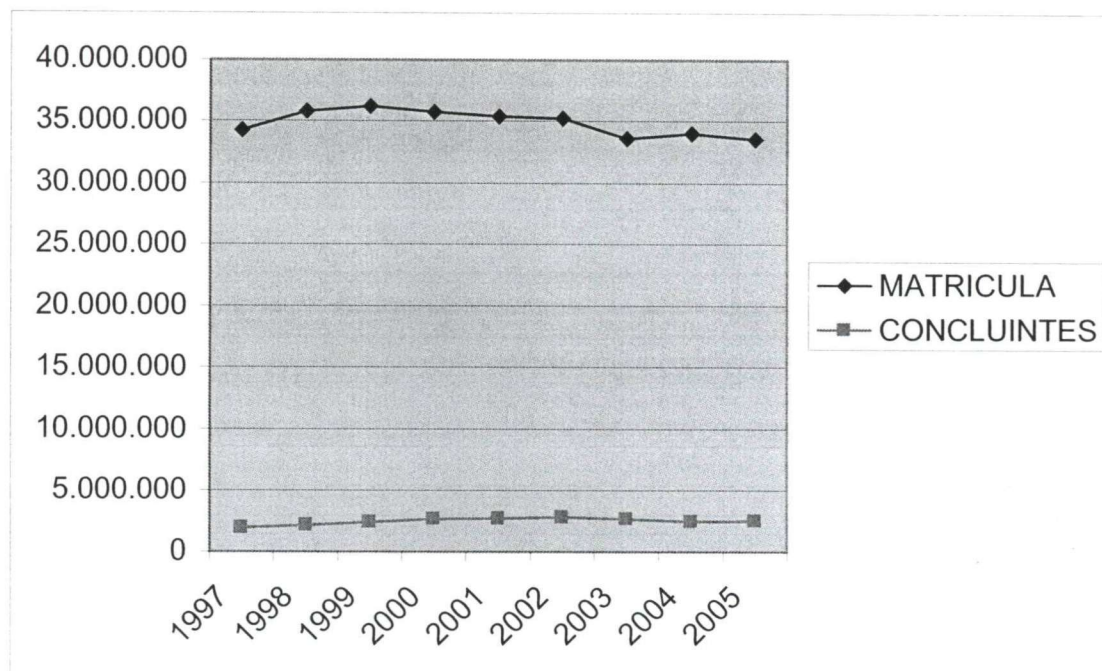
Elaboração própria

A Tabela 4 baseada nos dados do Censo Escolar, mostra a evolução dos números de matrícula no ensino fundamental e médio nos últimos 10 anos. De acordo com esses dados é possível perceber o aumento significativo nas matrículas no ensino médio que em 1997 reunia 6.405.057 alunos, saltando para 8.362.994 alunos em 2007, representando um aumento de 30,5% no número de matrículas.

A observação dos dados de matrícula no ensino fundamental revela uma queda de 6,2%, essa variação pode ser atribuída como já foi citado à redução na população em idade escolar somado com uma melhoria na eficiência do ensino fundamental proporcionando maiores taxas de concluintes o que justifica também o aumento das taxas de matrícula no ensino médio.

O gráfico 2 mostra a evolução do número de matrículas em comparação com o número de concluintes do ensino fundamental. O número de alunos matriculados no ensino fundamental que apresentou grande crescimento durante a década de 1990, passa a apresentar uma queda a partir de 1999. Já o número de concluintes apresentou-se crescente de 1997 até o ano de 2003, onde 2.668.605 alunos concluíram o ensino fundamental em todo país, maior número em todo período analisado. Em 2004 esse número reduziu para 2.462.319 e voltou a crescer em 2005, com 2.471.690 concluintes.

GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DE MATRÍCULAS E CONCLUINTES - ENSINO FUNDAMENTAL BRASIL 1997-2005



Fonte: Censo Escolar – INEP/ MEC (1997 –2005)
Elaboração Própria

Com base nesses dados do Censo Escolar, é possível perceber quão baixos são os números de concluintes em relação ao número de matrículas no ensino fundamental, isso se deve aos elevados índices de abandono e repetência escolar. Percebe-se também que as políticas públicas funcionam bem em relação ao número de matrículas, mas são mais difíceis de atingir os alunos no sentido de que esses permaneçam na escola e cumpram o fluxo escolar da forma correta.

Quanto ao acesso e participação, ainda se fazem necessárias análises das taxas de atendimento e escolarização.

A taxa de atendimento escolar, segundo o INEP/MEC, é representada pelo percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada na escola no Dia Nacional de Censo Escolar, e é calculada para as faixas etárias de 0 a 3 anos, 4 a 6 anos, 7 a 14 anos e 15 a 17 anos, correspondendo respectivamente, a creche, pré-escola, ensino fundamental e ensino médio. Conforme dados do IBGE e

PNAD apresentados na tabela 5, a taxa de atendimento escolar do ensino fundamental, correspondente a idade de 7 a 14 anos, apresentou crescimento no período analisado, chegando a 97,3% no ano de 2005. Considerando o ensino médio, a taxa também apresentou crescimento, embora os valores se mostrem abaixo dos resultados obtidos no ensino fundamental, sendo que o melhor desempenho foi alcançado nos anos de 2003 e 2004 com uma taxa de atendimento de 82,4%.

A taxa de escolarização bruta representa o percentual da população matriculada em determinado nível de ensino, em relação à população total que se encontra na faixa etária recomendada para esse nível de ensino. Enquanto que a taxa de escolarização líquida considera o percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino recomendado a essa faixa etária.

De acordo com os dados da Tabela 5, as taxas de escolarização são mais altas considerando o ensino fundamental, sendo que para 2005 a taxa de escolarização líquida atingiu quase 95%, representando que a grande maioria dos estudantes está na escola e cumprindo o fluxo escolar.

TABELA 5 - EVOLUÇÃO TAXA DE ATENDIMENTO, ESCOLARIZAÇÃO BRUTA E LÍQUIDA BRASIL 1980 – 2005

Ano	Taxa de Atendimento		Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	7 a 14 anos	15 a 17 anos	Taxa de Escolarização Líquida	Taxa de Escolarização Bruta	Taxa de Escolarização Líquida	Taxa de Escolarização Bruta
1980	80,9	49,7	80,1	98,3	14,3	33,3
1991	89	62,3	83,8	105,8	17,6	40,8
1994	92,7	68,7	87,5	110,2	20,8	47,6
1996	91,2	69,4	86,5	112,3	24,1	50,7
1998	95,8	81,1	95,3	128,1	30,8	68,1
1999	97	84,5	95,4	130,5	32,6	74,8
2001	96,5	81,1	93,1	121,3	36,9	73,9
2003	97,2	82,4	93,8	119,3	43,1	81,1
2004	97,1	82,4	93,8	117,6	44,4	81,4
2005	97,3	77,9	94,4	117,5	45,3	80,7

Fonte: IBGE/PNAD. taxas calculadas pelo MEC/INEP/DTDIE

Elaboração: Própria

A situação é bastante diferente para o ensino médio, a taxa de escolarização líquida é 43,8% inferior a taxa de escolarização bruta, sendo que essa última em 2005

atingiu 80,7%, o que indica redução significativa da população que continua com os estudos de maneira regular após a conclusão do ensino fundamental.

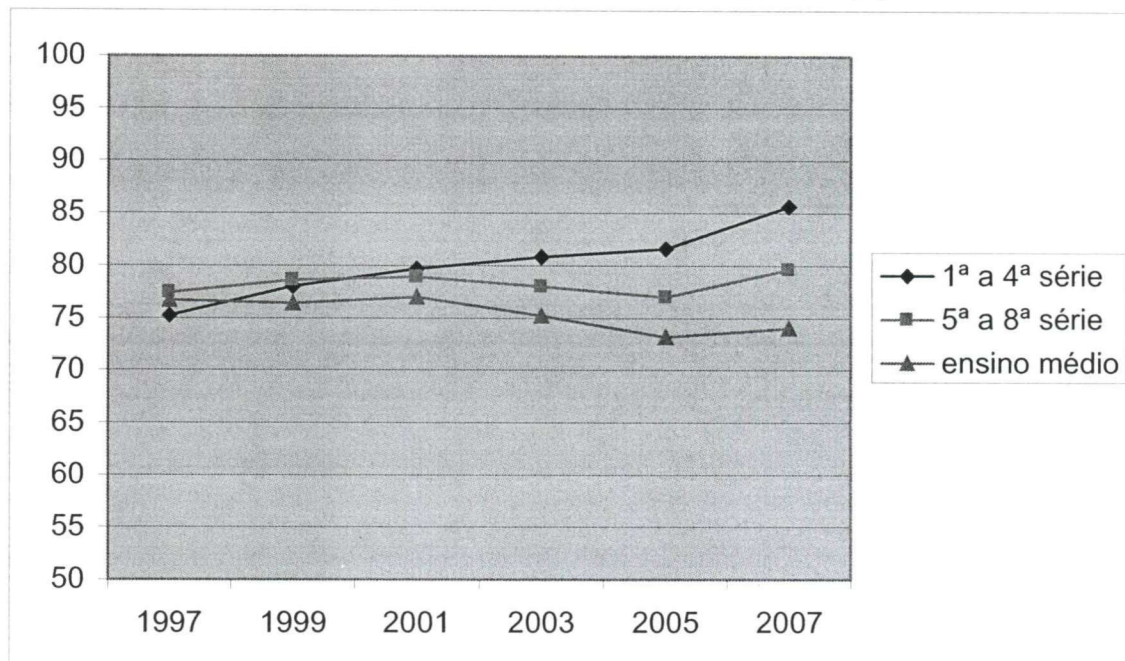
Uma outra forma de avaliar a educação é através da eficiência, que pode ser medida de acordo com o rendimento escolar. São três os indicadores que permitem medir o rendimento escolar, são eles: taxa de aprovação, taxa de repetência e taxa de abandono escolar.

O gráfico 3 mostra a evolução da taxa de aprovação no Brasil nos últimos dez anos, dividida por níveis de ensino. É possível perceber claramente que as taxas de aprovação são superiores nos primeiros anos de educação (1ª a 4ª série) e à medida que os anos de escola vão aumentando essas taxas tendem a diminuir. Segundo o Censo Escolar, a taxa de aprovação permite avaliar a produtividade do sistema educacional durante um ano letivo. Por tanto, a produtividade do sistema educacional é maior no ensino básico de 1ª a 4ª série do que no ensino médio.

Já as taxas de abandono e reprovação escolar sinalizam as perdas do sistema de ensino, ou seja, o insucesso desse sistema. Da mesma forma que as taxas de aprovação, as taxas de abandono escolar são mais elevadas quanto maiores os níveis de ensino. Para 2007, segundo o INEP, a taxa de abandono escolar no ensino de 1ª a 4ª série foi de 3,2%, enquanto que para o ensino de 5ª a 8ª série esse número aumentou para 6,7%. A disparidade aumenta ainda mais considerando as taxas de abandono escolar para o ensino médio que em 2007 foi de 13,3%.

Observando os dados de reprovação escolar, nos últimos anos as taxas se mostraram crescentes, segundo dados da UNESCO, o Brasil está entre os países que apresentam as mais altas taxas de repetência. Isso pode ser reflexo da combinação de estudo e trabalho cada vez mais presente entre os estudantes, diferente do que ocorre nos países desenvolvidos onde há priorização dos estudos frente ao trabalho.

GRÁFICO 3 - TAXA DE APROVAÇÃO MÉDIA POR NÍVEIS DE ENSINO (%) 1997 – 2007



Fonte: Censo Escolar – INEP/MEC (1997-2007)
Elaboração Própria

De modo geral, nos últimos anos, as taxas de rendimento educacional no Brasil demonstram significativas melhoras na eficiência do ensino, principalmente no que corresponde ao ensino fundamental, com aumento nas taxas de aprovação e redução nas taxas de abandono. No entanto, há a necessidade de uma maior atenção em relação às taxas de reprovação, promovendo o desenvolvimento de novas políticas capazes de interferir positivamente sobre esse índice.

2.3 INDICADORES EDUCACIONAIS: ASPECTOS QUALITATIVOS

Com intuito de criar um sistema capaz de avaliar o ensino brasileiro, conforme os modelos internacionais, o Brasil passa a desenvolver no final da década de 1980, métodos que pudessem avaliar não apenas a questão da cobertura de educacional

como taxas de matrícula e acesso, mas também proporcionassem resultados a respeito do desempenho dos alunos integrantes do sistema educacional.

Anteriormente, o processo de avaliação básica ocorria de forma interna, ou seja, cada sistema de ensino era responsável pelas próprias avaliações, e divulgavam seus resultados através das taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar. Dessa forma, a avaliação se mostrava ineficiente e com pouca credibilidade, já que cada sistema adotava o critério que acreditava ser ideal para avaliação do aluno.

A partir de 1990, entrou em vigor no Brasil um processo de avaliação de rendimento escolar da educação básica, proposto pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica, o SAEB. Segundo o governo brasileiro, as informações obtidas através do SAEB, auxiliam o MEC e as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação a identificar e corrigir as distorções e debilidades do sistema, além de direcionar os recursos técnicos e financeiros priorizando as áreas com mais dificuldades. Dessa forma, o SAEB é um instrumento capaz de fornecer subsídios para formulação e desenvolvimento das políticas públicas voltadas para a ampliação da qualidade da educação.

Em 2005, o SAEB é dividido em dois grupos de avaliação: Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC). A primeira é realizada por amostragem das Redes de Ensino, em cada unidade da Federação e tem foco nas gestões dos sistemas educacionais, é o próprio SAEB. A segunda, conhecida também como Prova Brasil, é mais extensa e detalhada e tem foco em cada unidade escolar.

Segundo o INEP, o objetivo da Prova Brasil é produzir informações sobre o ensino oferecido por município e escola, individualmente, buscando auxiliar os governantes nas decisões e no direcionamento de recursos técnicos e financeiros, assim como a comunidade escolar no estabelecimento de metas e implantação de ações pedagógicas e administrativas, visando à melhoria da qualidade do ensino. Os testes padronizados incluem Língua Portuguesa e Matemática e são aplicados aos alunos da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental em todo País.

Comparando os dados da Prova Brasil com as taxas de aprovação divulgadas com base nas avaliações internas dos sistemas de ensino, os resultados obtidos

revelaram fortes discrepâncias, apontando um sistema de ensino com altas taxas de aprovação, porém baixo desempenho na Prova Brasil. Isso significa que as políticas educacionais estavam voltadas à aprovação dos alunos para manutenção do fluxo escolar mesmo que estes não dominassem efetivamente o conteúdo.

Buscando corrigir essa falha no sistema educacional e equilibrar os resultados das avaliações, o MEC/INEP desenvolveu um novo indicador, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

Segundo o INEP, o IDEB é calculado com base nos fatores que afetam diretamente a qualidade da educação, a taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão) e o desempenho dos alunos no SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e na Prova Brasil. Dessa forma, o índice permite avaliação não só por estado e município, mas também por instituição. Quanto maior for a nota da instituição no teste e quanto menos repetências e desistências ela registrar, melhor será a sua classificação, numa escala de zero a dez. Sendo assim, se uma escola passar seus alunos de ano sem que eles tenham realmente aprendido, por exemplo, isso ficará claro a partir da análise do desempenho dela no IDEB.

TABELA 6 – RESULTADOS E METAS IDEB – BRASIL 2007

	ENSINO FUNDAMENTAL							
	1ª a 4ª séries				5ª a 8ª séries			
	RESULTADO		METAS		RESULTADO		METAS	
	2005	2007	2007	2021	2005	2007	2007	2021
TOTAL	3,8	4,2	3,9	6,0	3,5	3,8	3,5	5,5
Pública	3,6	4,0	3,6	5,8	3,2	3,5	3,3	5,2
Federal	6,4	6,2	6,4	7,8	6,3	6,1	6,3	7,6
Estadual	3,9	4,3	4,0	6,1	3,3	3,6	3,3	5,3
Municipal	3,4	4,0	3,5	5,7	3,1	3,4	3,1	5,1
Privada	5,9	6,0	6,0	7,5	5,8	5,8	5,8	7,3

Fonte: SAEB/ Censo Escolar

Os resultados do IDEB 2007 mostram que, para as séries iniciais do Ensino Fundamental, o País tinha um IDEB de 3,8 em 2005, sua meta era chegar a 3,9, e alcançou 4,2 em 2007. Nas séries finais do Ensino Fundamental, o resultado em 2005 era de 3,5, a meta era ficar estável, e o País chegou a 3,8.

Segundo dados do SAEB, a etapa de aprendizagem que obteve os melhores resultados no IDEB 2007 foi o Ensino Fundamental 1, que abrange alunos de 1ª a 4ª série. A região que alavancou o resultado Brasil para cima foi o Nordeste, ao passar de um IDEB de 2,9 em 2005 para 3,5 em 2007; seguido pelo Norte, que tinha 3,0 e chegou a 3,4. As duas regiões são as que apresentam os piores índices para essa etapa de aprendizagem, então o fato de conseguirem um maior avanço significa um passo importante na diminuição da desigualdade educacional no País.

TABELA 7 - RESULTADO IDEB POR REGIÕES – ENSINO FUNDAMENTAL 1ª A 4ª SÉRIE 1997 – 2007

	1997	1999	2001	2003	2005	2007
Brasil	3,8	3,6	3,5	3,6	3,8	4,2
Norte	2,9	2,9	2,8	2,9	3,0	3,4
Nordeste	3,1	2,9	2,6	2,7	2,9	3,5
Sudeste	4,6	4,3	4,4	4,4	4,6	4,8
Região Sul	4,4	4,2	4,2	4,2	4,4	4,8
Centro-Oeste	3,7	3,6	3,5	3,7	4,0	4,4

Fonte: SAEB/ Censo Escolar

A melhora dos resultados apontada pelo INEP resulta de vários fatores, como a melhoria do aprendizado dos alunos, fluxo do sistema educacional, empenho dos professores e equipe escolar, somados aos esforços e à articulação dos três setores: governo, sociedade civil e iniciativa privada.

Outro indicador que visa a melhoria da qualidade da educação é o Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional – INAF. O principal objetivo do INAF é oferecer informações qualificadas sobre as habilidades e práticas de leitura, escrita e matemática dos brasileiros entre 15 e 64 anos de idade, de modo a fomentar o debate público, estimular iniciativas da sociedade civil, subsidiar a formulação de políticas públicas nas áreas de educação e cultura, além de colaborar para o monitoramento do desempenho das mesmas. Dessa forma, pretende-se que a sociedade e os governos possam avaliar a situação da população quanto a um dos principais resultados da educação escolar: a capacidade de acessar e processar informações escritas como ferramenta para enfrentar as demandas cotidianas.

Segundo os resultados do INAF, as habilidades da população em leitura/escrita e matemática podem ser classificadas em quatro níveis:

Analfabetismo: Corresponde à condição dos que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases ainda que uma parcela destes consiga ler números familiares (números de telefone, preços etc.).

Alfabetismo nível rudimentar: Corresponde à capacidade de localizar uma informação explícita em textos curtos e familiares (como um anúncio ou pequena carta), ler e escrever números usuais e realizar operações simples, como manusear dinheiro para o pagamento de pequenas quantias ou fazer medidas de comprimento usando a fita métrica.

Alfabetismo nível básico: As pessoas classificadas neste nível podem ser consideradas funcionalmente alfabetizadas, pois já lêem e compreendem textos de média extensão, localizam informações mesmo que seja necessário realizar pequenas inferências, lêem números na casa dos milhões, resolvem problemas envolvendo uma seqüência simples de operações e têm noção de proporcionalidade. Mostram, no entanto, limitações quando as operações requeridas envolvem maior número de elementos, etapas ou relações.

Alfabetismo nível pleno: Classificadas neste nível estão as pessoas cujas habilidades não mais impõem restrições para compreender e interpretar elementos usuais da sociedade letrada: lêem textos mais longos, relacionando suas partes, comparam e interpretam informações, distinguem fato de opinião, realizam inferências e sínteses. Quanto à matemática, resolvem problemas que exigem maior planejamento e controle, envolvendo percentuais, proporções e cálculo de área, além de interpretar tabelas de dupla entrada mapas e gráficos.

Sendo que, a partir desta classificação os analfabetos funcionais compreendem aqueles indivíduos que pertencem aos níveis analfabetos e alfabetos nível rudimentar.

Conforme últimos dados divulgados do INAF, houve uma redução nas taxas de analfabetismo e alfabetismo nível rudimentar, enquanto que os níveis de alfabetismo básico apresentaram crescimento. Esta evolução pode ser associada à crescente

escolarização da população brasileira, que aumentou significativamente nas últimas décadas. A parcela de crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos freqüentando a escola, por exemplo, praticamente se universalizou, graças ao maior acesso e permanência na escola.

TABELA 8 - EVOLUÇÃO DO INAF BRASIL 2001 – 2007

	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2007	2001-2007
Analfabeto	12%	13%	12%	11%	7%	11%
Rudimentar	27%	26%	26%	26%	25%	26%
Básico	34%	36%	37%	38%	40%	37%
Pleno	26%	25%	25%	26%	28%	26%
Analfabetos Funcionais	39%	39%	37%	37%	32%	37%
Alfabetos Funcionais	61%	61%	63%	63%	68%	63%

Fonte: INAF/ IBOP

O último índice que propõe a mensuração do nível qualitativo da educação é o Programa Internacional de Avaliação por Aluno – PISA. Esse programa busca avaliar e comparar o desempenho dos alunos com 15 anos de idade, com o intuito de fornecer indicadores a respeito da efetividade dos sistemas de ensino. O PISA é uma iniciativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, e no Brasil é coordenado pelo INEP.

Na última avaliação do PISA realizada em 2006, em comparação com 57 países, o Brasil ficou com a 49ª posição considerando as habilidades de leitura e a 54ª posição considerando o desempenho em matemática. De maneira geral, comparando com os resultados de 2003 o país melhorou o desempenho em matemática, permaneceu estável em ciências e regrediu nas habilidades de leitura. Entretanto, na escala do PISA, que considera seis níveis de aprendizagem o Brasil encontra-se no nível 1, o nível mais baixo, comparado a países como Kirziquistão, Qatar, Arzebajão, Tunísia, Colômbia, Argentina e Peru.

Esse último resultado do PISA também permitiu a avaliação por unidades da federação. E, mais uma vez, o país se depara com as disparidades regionais. O Distrito Federal apresentou os melhores resultados, seguidos pelos estados da região Sul,

Sergipe, Rondônia e Paraíba, estes últimos merecem destaque, pois apesar dos recursos escassos conquistaram resultados acima da média nacional. Em último lugar ficou o estado do Maranhão.

Em resumo, nos últimos anos o ensino básico brasileiro obteve grandes melhorias em relação aos aspectos quantitativos, como taxa de matrícula e taxa de analfabetismo, porém ainda mostra altos índices de reprovação e abandono, gerando baixos índices de conclusão. Além disso, os resultados qualitativos se mostram pouco significantes e muito distantes dos resultados internacionais.

Tendo elaborado o panorama da situação educacional no Brasil, o próximo capítulo discute a qualidade do ensino fundamental especificamente na cidade de Curitiba, partindo da contextualização da situação educacional da cidade e do estado do Paraná de acordo com o quadro brasileiro.

3 QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL EM CURITIBA

Neste terceiro capítulo, realiza-se uma discussão sobre a qualidade do ensino fundamental em Curitiba, procurando enunciar os fatores determinantes dessa qualidade. Para isso, o capítulo foi estruturado em duas sessões, a primeira apresentará a situação educacional em Curitiba e no estado do Paraná permitindo uma avaliação perante a situação nacional. Na segunda sessão será abordada a questão dos determinantes da qualidade para a cidade de Curitiba, com base nos resultados do IDEB.

3.1 PANORAMA EDUCACIONAL: CURITIBA E PARANÁ

Do aspecto demográfico, segundo o IBGE, Curitiba registrou uma taxa de crescimento populacional acima da média nacional no período de 2000 a 2007. A cidade contava com uma população de pouco mais de 1,5 milhões de habitantes em 2000, teve um aumento de aproximadamente 15,1% chegando a 1,8 milhões de habitantes em 2007. A taxa de crescimento da população brasileira no mesmo período foi de 7,2% enquanto que o Estado do Paraná registrou um crescimento de 7,5%.

Considerando a população em idade escolar, segundo dados do censo populacional de 2000, a população com idade entre 4 e 19 anos apresenta uma representatividade em Curitiba da ordem de 14,1%, enquanto que no Paraná é de 14,6 e no Brasil, um pouco superior, em torno de 15,1%.

Verificando os dados de analfabetismo, conforme dados da PNAD, a capital paranaense registrou em 2007 uma taxa de 3,38%, valor consideravelmente abaixo dos índices do Estado (4,88%) e do Brasil (10%).

Segundo dados do MEC/ INEP de 2007, a distribuição de matrículas e docentes ocorre conforme a tabela 9, em Curitiba percebe-se que 71,2% das matrículas são no ensino fundamental, enquanto que o ensino médio representa 22,8%. Comparando com o Estado e o país, no ensino fundamental, a cidade apresenta um percentual menor de matrículas, que pode ser explicado pela transição demográfica, gerando uma queda na

população em idade escolar, além da melhora no fluxo escolar representando um percentual maior de matrícula no ensino médio. Quanto ao número de docentes, 65,7% dos professores de Curitiba são voltados ao ensino fundamental e 23,2% voltados para o ensino médio.

TABELA 9 - COMPARATIVO CURITIBA, PARANÁ E BRASIL – MATRÍCULAS E DOCENTES POR SÉRIE - 2007 (%)

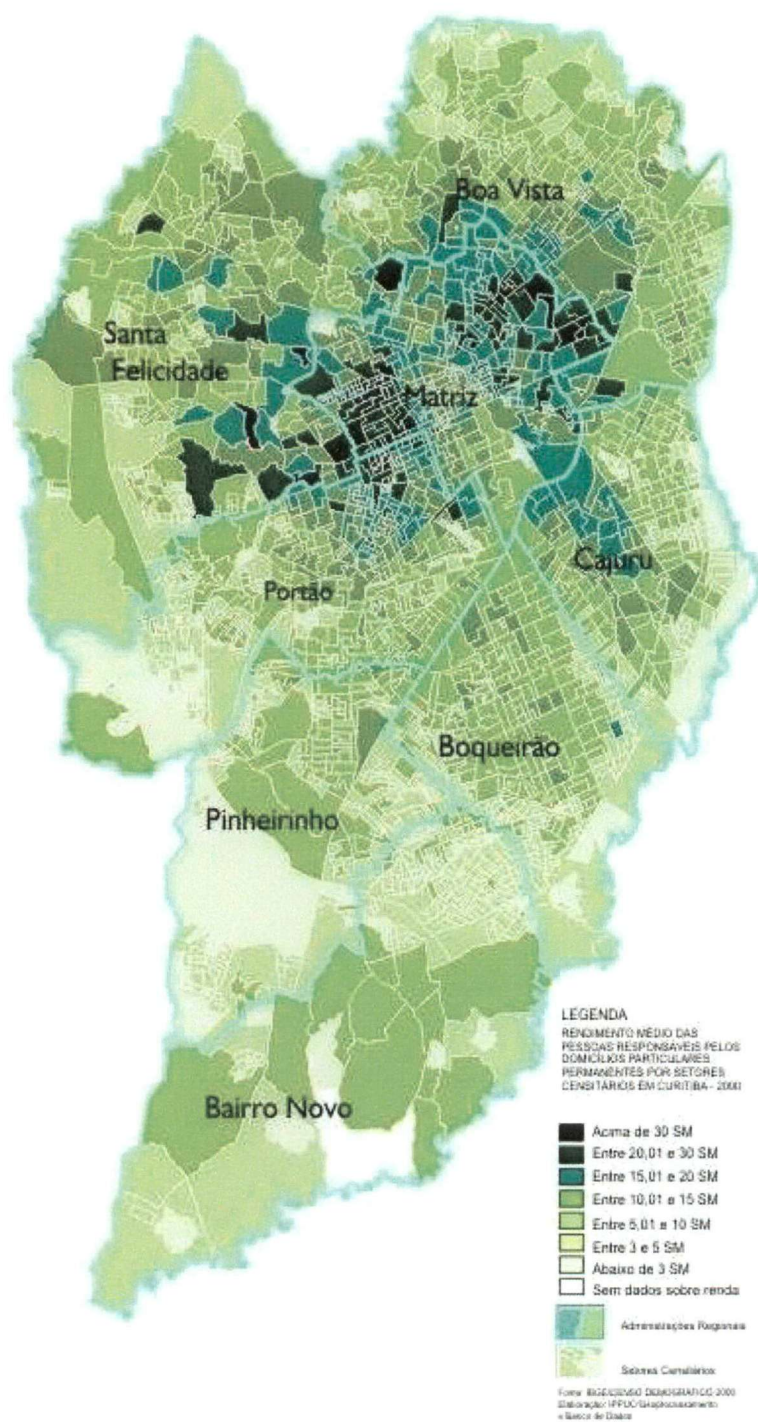
	Matrículas por série			Docentes por série		
	Curitiba	Paraná	Brasil	Curitiba	Paraná	Brasil
Ensino Fundamental	71,2	72,1	79,3	65,7	64,5	66,4
Ensino Médio	22,8	20,2	20,7	23,2	25,3	21,2

Fonte: MEC/ INEP 2007

A renda média da população é outra questão importante para contextualizar a cidade de Curitiba perante o Estado do Paraná e o Brasil. Conforme dados do IBGE/2007, Curitiba apresenta uma renda média acima da média do Estado e do país, da ordem de R\$ 1.241,00. O Estado do Paraná apresenta o maior salário entre os estados brasileiros, sendo que a renda média é de R\$ 1.088,00 quase 14% maior que a nacional de R\$956,00.

A figura 1, mostra a situação da renda média na cidade de Curitiba por setores censitários de acordo com o censo de 2000. Através desse mapa é possível visualizar claramente que apesar da capital paranaense apresentar uma renda média superior em relação ao país, conta com uma grande diversificação dos valores referente à renda, de forma que apresenta algumas regiões com renda média acima de 30 salários mínimos, em contra partida outras regiões possuem renda média menor que 3 salários mínimos.

FIGURA 1 - MAPA RENDA MÉDIA POR SETORES CENSITÁRIOS CURITIBA 2000



Analisando a questão da qualidade de ensino, Curitiba apresentou pela 2ª vez, o melhor resultado entre as capitais brasileiras no IDEB referente ao ensino de 1ª a 4ª série. Observando a tabela 10, tanto em Curitiba como no Paraná e no Brasil as primeiras séries do ensino fundamental mostram resultados melhores do que nas séries finais. A média Curitibana no ensino de 1ª a 4ª série aumentou 4% em 2007, comparada ao IDEB de 2005. Já nas séries finais do ensino fundamental, a melhora foi de 3% no mesmo período. Para o Estado do Paraná a variação da média foi de 2% nas primeiras séries do ensino fundamental e de 7% nas últimas séries. No Brasil, apenas as primeiras séries obtiveram melhoria nos resultados (4%), as últimas séries mantiveram a mesma média.

TABELA10 - COMPARATIVO CURITIBA, PARANÁ E BRASIL – RESULTADO IDEB ENSINO FUNDAMENTAL 2005-2007

	ENSINO FUNDAMENTAL			
	1ª a 4ª séries		5ª a 8ª séries	
	2005	2007	2005	2007
BRASIL	3,8	4,2	3,5	3,8
PARANÁ	5,0	5,2	3,3	4,0
CURITIBA	4,7	5,1	4,2	4,2

Fonte: SAEB/ Censo Escolar

A evolução dos dados do IDEB mostra que, além da melhoria na aprendizagem dos alunos observada através da variação das médias, no geral, as notas dos alunos também são maiores para Curitiba em relação ao Paraná e ao Brasil. Os alunos curitibanos aprendem mais e estão avançando esse aprendizado de forma mais acelerada do que os alunos do estado e do país no geral.

O resultado do IDEB 2007 apresenta um quadro bastante interessante para Curitiba. Apesar do bom resultado geral segundo a avaliação do Ministério da Educação, a cidade verifica um grande contraste, pois abriga a Escola Municipal São Luiz localizada no bairro Água Verde e a Escola Municipal Madre Antonia no bairro Tarumã, que representam o melhor e o pior desempenho entre as escolas do Estado do Paraná, com as médias 7,1 e 2,8 respectivamente.

Segundo o Ministério da Educação em reportagem ao Jornal Gazeta do Povo (2007), esse resultado do IDEB serve para reafirmar a condição de desequilíbrio do ensino ofertado no país e tem como principal causa às desigualdades sociais e culturais existentes não só no âmbito das grandes regiões, mas também no núcleo de cada cidade.

TABELA 11 - RESULTADOS PISA 2006 – PARANÁ E BRASIL

	Brasil	Paraná
Ciências	390	422
Leitura	393	418
Matemática	373	400

Fonte: INEP - PISA 2006

O PISA de 2006 divulgou os resultados por país e estado, na comparação entre Paraná e Brasil, o Paraná obteve maior desempenho em todas as provas aplicadas conforme a tabela 11.

Observando os índices quantitativos e qualitativos a respeito da situação educacional, percebe-se claramente que Curitiba encontra-se à frente da média nacional. O menor percentual de população em idade escolar e a maior renda média podem explicar a redução nas taxas de analfabetismo, a melhora na taxa de matrícula, além das médias mais elevadas obtidas pela cidade nas avaliações do ensino.

3.2 DETERMINANTES DA QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL EM CURITIBA

Com base nas discussões apresentadas a respeito da educação, principalmente sobre a importância da qualidade da educação como fator promotor do crescimento econômico, essa sessão apresenta uma análise dos determinantes da qualidade do ensino fundamental na cidade de Curitiba.

3.2.1 AS REGIONAIS

Curitiba possui 75 bairros distribuídos em nove regionais, sendo elas Bairro Novo, Boa Vista, Boqueirão, Cajuru, CIC, Matriz, Pinheirinho, Portão e Santa Felicidade.

Bairro Novo

Compreende os bairros Ganchinho, Sítio Cercado e Umbará. Segundo dados do IBGE, no período de 1996 a 2000, a região apresentou crescimento populacional em torno de 4,79%. A composição da população é de 10,32% infantes, 20,27% crianças, 20,14% jovens, 44,98% adultos e 4,27% idosos. A renda média do responsável pelo domicílio é de 3 salários mínimos, sendo que 54,2% da população vive em condição de risco, abaixo da linha da pobreza com renda inferior a 2 salários mínimos. Segundo dados do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, em 2005 a região apresentou alto índice de gravidez na adolescência, percentual de casos nas unidades de saúde da região oscilou entre 15% e 27%. A região é caracterizada pela baixa renda e baixa qualificação ao trabalho/emprego, alta taxa de crescimento populacional (5%). Das 17 escolas pertencentes ao Bairro Novo, 13 apresentam taxa de reprovação acima de 10%.

Boa Vista

Compreende os bairros Abranches, Atuba, Bacacheri, Bairro Alto, Barreirinha, Boa Vista, Cachoeira, Pilarzinho, Santa Cândida, São Lourenço, Taboão, Taruma e Tingui. Segundo o IBGE, a região apresentou crescimento populacional no período de 1996 a 2000 em torno de 2%. A composição da população é de 7,55% infantes, 16,67% crianças, 19,36% jovens, 47,44% adultos e 8,96% idosos. A renda média do responsável pelo domicílio é de 8,4 salários mínimos. De acordo com dados do IPPUC, apresenta taxa de reprovação acima de 10% e carência de escolas para as séries finais do ensino fundamental.

Boqueirão

Compreende os bairros Alto Boqueirão, Boqueirão, Hauer e Xaxim. A região apresentou segundo o IBGE, um crescimento populacional de 1,61% entre 1996 e 2000. A composição da população é de 8,55% infantes, 17,5% crianças, 19,88 jovens, 46,94% adultos e 7,13% idosos. A renda média do responsável pelo domicílio é de 2,8 salários mínimos, apenas o bairro do Hauer apresenta uma renda um pouco melhor entre 3 e 5 salários. Das 19 escolas pertencentes à regional, 13 apresentam taxa de reprovação superior a 10%, conforme o IPPUC. A região apresentou ainda, 412 casos de gravidez na adolescência em 2006.

Cajuru

Compreende os bairros Cajuru, Capão da Imbuia, Guabirota, Jardim das Américas e Uberaba. Dos cinco bairros, dois apresentaram crescimento populacional acima da média da cidade de Curitiba, sendo que o bairro do Uberaba apresenta crescimento acelerado. A população é composta de 8,69% infantes, 17,54% crianças, 19,71% jovens, 45,68% adultos e 7,86% idosos. A região apresenta disparidades em relação à renda média do responsável do domicílio, o bairro Jardim das Américas conta com uma renda entre 15 e 20 salários mínimos, o bairro do Guabirota entre 10 e 15 salários, enquanto os demais ficam entre 5 e 10 salários. O bairro Guabirota revela, de acordo com o IPPUC, um índice de reprovação elevado, da ordem de 12,14%.

CIC

Compreende os bairros Augusta, Cidade Industrial, Riviera e São Miguel. Segundo dados do IBGE, a região apresenta crescimento populacional médio de 4,8%, destaque para o bairro São Miguel que cresceu 14,12% no período de 1996 a 2000. A população está distribuída da seguinte forma, 10,06% infantes, 20,09% crianças, 20,38% jovens, 44,62% adultos e 4,89% idosos. A renda média do responsável pelo domicílio é de 2,6 salários mínimos. A região apresenta, segundo IPPUC, problemas de baixa renda e baixa qualificação, altas taxas de crescimento populacional (nível crítico

no bairro São Miguel), altos índices de violência e gravidez na adolescência, prostituição infantil, índice de reprovação de 1ª a 4ª série de 10%, além de deficiência de vagas para 5ª a 8ª série.

Matriz

Compreende os bairros Ahú, Alto da Glória, Alto da XV, Batei, Bigorrião, Bom Retiro, Cabral, Centro, Centro Cívico, Cristo Rei, Hugo Lange, Jardim Botânico, Jardim Social, Juvevê, Mercês, Prado Velho, Rebouças e São Francisco. A região apresentou crescimento populacional negativo -0,24% no período de 1996 a 2000. A composição da população é de 4,58% infantes, 10,54% crianças, 19,78% jovens, 50,20% adultos e 14,90% idosos. A região apresenta uma renda média relativamente alta com expressivas áreas onde a renda é superior a 30 salários mínimos, com exceção de dois focos de baixa renda e alto nível de desemprego, Vila Torres no Prado Velho e Centro Histórico, no Centro. A área central da cidade representada pela regional Matriz, apresenta uma situação diferente em relação às outras regiões pois conta com uma maior interação da população, população residente e população flutuante (pessoas que trabalham e estudam no centro).

Pinheirinho

Compreende os bairros Campo Santana, Capão Raso, Caximba, Pinheirinho e Tatuquara. Os bairros Tatuquara e Caximba apresentam crescimento populacional acelerado, enquanto que os demais bairros mostram crescimento abaixo da média da cidade. A população está distribuída em 9,13% infantes, 19,01% crianças, 20,74% jovens, 44,81% adultos e 5,61% idosos. A renda média do responsável pelo domicílio fica entre 3 e 5 salários mínimos. Conforme estudo do IPPUC, os principais problemas da regional são baixa renda, baixa escolaridade, desemprego alto, crescimento populacional irregular e altos índices de reprovação escolar.

Portão

Compreende os bairros Água Verde, Fanny, Fazendinha, Guaíra, Lindóia, Novo Mundo, Parolin, Portão, Santa Quitéria e Vila Izabel. A taxa de crescimento médio da população entre 1996 e 2000, de acordo com dados do IBGE, foi de 0,68%. A população está distribuída em 7,87% infantes, 16,48% crianças, 19,47% jovens, 67,67% adultos e 8,36% idosos. A renda média é de 4,3 salários mínimos, sendo que os bairros Água Verde e Vila Izabel apresentam renda entre 10 e 15 salários, os bairros Fanny, Santa Quitéria e Portão renda entre 5 e 10 salários, enquanto os demais bairros apresentam renda entre 3 e 5 salários. Conforme pesquisa do IPPUC, das 21 escolas da regional, 15 possuem taxa de reprovação acima de 10%. A regional conta ainda com problemas de baixa renda, baixa qualificação profissional e desemprego.

Santa Felicidade

Compreende os bairros Botiatuvinha, Campina do Siqueira, Campo Comprido, Cascatinha, Lamenha Pequena, Mossunguê, Orleans, Santa Felicidade, Santo Inácio, São Braz, São João, Seminário e Vista Alegre. O crescimento populacional se apresenta acelerado nos bairros Cascatinha e Mossunguê e em mais 5 outros bairros o crescimento está acima da média de Curitiba. A distribuição da população está configurada da seguinte forma, 7,67% infantes, 16,48% crianças, 19,50% jovens, 47,81% adultos e 8,51% idosos. A renda média do responsável pelo domicílio encontra-se entre 5 e 10 salários mínimos. Na educação, faltam vagas nas escolas do bairro e atividades específicas para adolescentes.

3.2.2 OS RESULTADOS DE CURITIBA

Partindo do quadro geral e das particularidades apresentadas por cada uma das nove regionais curitibanas, verifica-se grande disparidade quanto ao nível de desenvolvimento social da população residente na cidade. Algumas áreas se

assemelham aos países desenvolvidos, já outras apresentam problemas típicos de países subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

As áreas mais problemáticas, que têm por características alto crescimento populacional, baixa renda, falta de qualificação profissional, altos índices de analfabetismo, desemprego e exploração do trabalho infantil, são as regionais do Bairro Novo, Boqueirão, CIC e Pinheirinho. Segundo o resultado do IDEB 2007, essas áreas obtiveram as menores médias juntamente com a regional do Cajuru.

Buscando identificar quais fatores são relevantes para a qualidade do ensino básico em Curitiba, medido neste trabalho pelo desempenho dos alunos no IDEB 2007, foi analisado o comportamento das médias dos alunos de 1ª a 4ª série e de 5ª a 8ª série mediante algumas variáveis das condições educacionais disponíveis e do contexto social no qual esses alunos estão inseridos, dispostos conforme apresenta a Tabela 12.

TABELA 12 – BASE DE DADOS: RESULTADOS IDEB 2007 E INDICADORES EDUCACIONAIS E SOCIAIS POR REGIONAL CURITIBANA

NRE	IDEB 2007 1ª a 4ª série	IDEB 2007 5ª a 8ª série
Bairro Novo	5,1	4,00
Boa Vista	5,2	4,10
Boqueirão	5,2	*
Cajuru	4,9	4,50
CIC	4,8	4,00
Matriz	6	*
Pinheirinho	4,9	*
Portão	5,5	4,70
Santa Felicidade	5,4	*

Indicadores Educacionais						
NRE	Coef analfabetos 15 anos ou mais (%)	Número de analfabetos para cada alfabetizado (%)	Relação Aluno/ Escola	Relação Aluno / Turma	Relação Aluno/ Professor	Bibliotecas/ Farol do Saber
Bairro Novo	93,63	88,44	1684,55	37,60	29,45	5
Boa Vista	96,92	94,48	1020,55	35,56	20,53	10
Boqueirão	96,92	94,06	1269,15	32,88	22,80	6
Cajuru	97,00	94,45	1142,25	32,91	24,59	8
CIC	92,78	88,28	*	*	*	7
Matriz	98,54	97,32	1447,56	37,15	19,57	10
Pinheirinho	93,86	89,19	1595,26	37,98	28,30	4
Portão	96,91	94,69	956,95	28,78	23,36	7
Santa Felicidade	96,73	94,28	791,18	33,73	21,46	9

Indicadores Sociais					
NRE	Tx. Domic Ligação Água	Tx. Domic Esgoto/Fossa	Renda Média Salários Min	Ocorrências com a Lei	Exploração Trabalho Infantil
Bairro Novo	78,85	68,76	3	121	577
Boa Vista	94,83	87,60	8,4	209	156
Boqueirão	93,77	89,48	2,8	80	275
Cajuru	91,27	87,53	8,5	*	*
CIC	67,18	47,74	2,6	*	204
Matriz	91,86	92,80	15	68	275
Pinheirinho	78,01	70,48	3,56	*	*
Portão	89,83	86,96	4,3	132	660
Santa Felicidade	92,12	80,92	7,5	*	*

Fonte: IPPUC 2005, MEC/ INEP, Núcleo Regional de Educação de Curitiba, Censo IBGE 2000.

Elaboração Própria

* dados não disponíveis

Coeficientes de Analfabetos com 15 anos de idade ou mais: Resultado em porcentagem, assumindo valor mínimo 100% e valor máximo 0%.

Número de Analfabetos para cada Alfabetizado: Resultado em porcentagem, assumindo valor mínimo 100% e máximo 0%.

Aluno/ Escola: Representando a relação entre a demanda de alunos e o número de escolas.

Aluno/ Turma: Representando a relação entre o número de alunos por turma nas escolas.

Aluno/ Professor e Equipe Pedagógica: Representando o número de professores disponíveis para atender aos alunos.

Biblioteca/ Farol do Saber³: Representando o número de unidades disponíveis.

Taxa Domiciliar de Água e Esgoto: Representando o grau de acessibilidade da população aos recursos de saneamento básico, resultados em porcentagem.

Renda Média: Renda média do responsável pelo domicílio medido em salários mínimos.

Ocorrências: Indicador de ocorrências de conflito entre crianças e adolescentes com a lei (furto, roubo, lesão corporal).

Exploração do Trabalho Infantil: Em número de crianças atendidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

³ O **Farol do Saber** é uma rede de pequenas bibliotecas espalhadas por diversos bairros de Curitiba. O projeto foi concebido e é mantido pela prefeitura municipal. Toda unidade dispõe de um acervo médio de seis mil obras e diversas delas disponibilizam acesso gratuito à internet, como parte do Projeto Digitando o Futuro.

O grau de correlação⁴ entre o resultado do IDEB e os indicadores avaliados está disposto na tabela 13. Dentre os fatores mais relevantes de acordo com a base de dados analisada destacam-se em relação às primeiras séries do ensino fundamental (1ª a 4ª série), o número de analfabetos para cada alfabetizado, o coeficiente de analfabetos com 15 anos de idade ou mais, a renda média, a relação aluno/professor (correlação negativa) e o número de bibliotecas e faróis do saber disponíveis. O número de crianças atendidas pelo PETI, as relações aluno/turma e aluno/escola se mostraram pouco significativas nessas séries.

Já para as séries finais do ensino fundamental (5ª a 8ª série), as variáveis mais representativas foram: relação aluno/turma (correlação negativa), o número de analfabetos para cada alfabetizado, o coeficiente de analfabetos com 15 anos de idade ou mais, a relação aluno/escola (correlação negativa), a taxa de ligação de esgoto, o número de crianças atendidas pelo PETI, as ocorrências de conflito entre crianças e adolescentes com a lei e a taxa de ligação de água. As variáveis menos representativas foram o número de bibliotecas disponíveis, a relação aluno/professor e a renda média.

O coeficiente de analfabetos com 15 anos de idade ou mais e o número de analfabetos para cada alfabetizado, apresentaram uma correlação moderada positiva com os resultados do IDEB nos dois grupos de séries. Isso significa que o nível de escolarização da comunidade interfere no desempenho dos alunos de maneira relevante em todas as séries do ensino básico na cidade de Curitiba.

As relações aluno/escola e aluno/turma apresentam correlação negativa nos dois grupos de série, porém são significativas apenas nas séries finais do ensino básico. De forma que, os resultados revelam que quanto mais cheias forem as turmas e quanto maior for o número de alunos por escola, menor será o desempenho do IDEB para as séries entre a 5ª e a 8ª.

A relação aluno/professor mostrou-se indiretamente relacionada com a qualidade de ensino nos dois grupos de série e muito mais significativa no ensino de 1ª a 4ª.

⁴ A análise de correlação fornece um número que resume o grau de relacionamento entre duas variáveis, baseado em dados amostrais procura-se determinar se e como essas variáveis se relacionam. Os resultados podem apontar uma relação direta chamada de correlação positiva ou uma relação inversa, correlação negativa. (GUJARATI, 1996).

Conclui-se, portanto, que quanto mais alunos cada professor atender menor será a qualidade do ensino ofertado, gerando baixo desempenho desses alunos.

TABELA 13 – RESULTADO: CORRELAÇÃO DADOS NOTAS IDEB/ INDICADORES

	1ª a 4ª série	5ª a 8ª série
Coef. analfabetos 15 anos ou mais	0,74	0,73
Número analfabetos p/ cada alfabetizado	0,75	0,75
Relação Aluno/ Escola	-0,16	-0,66
Relação Aluno/ Turma	-0,08	-0,97
Relação Aluno/Professor	-0,68	-0,31
Biblioteca/ Farol do Saber	0,56	0,12
Taxa Ligação Água	0,57	0,57
Taxa Ligação Esgoto	0,63	0,66
Renda	0,7	0,31
Ocorrências	-0,49	-0,59
Trabalho Infantil	0,15	0,61

Intervalo confiança 95%

Programa Analyses-it Excel 2000

A disponibilidade de bibliotecas e faróis do saber mostrou uma correlação moderada positiva para as primeiras séries do ensino básico, já para as séries finais a correlação se tornou fraca. De forma que, nas primeiras séries onde os alunos aprendem a ler, o acesso aos livros e o exercício da leitura se mostraram mais significativos do que nas séries finais do ensino básico.

As condições de saneamento básico, representadas pelas taxas de ligação de água e esgoto, se mostraram significantes em relação ao desempenho dos alunos nos dois grupos de séries do ensino básico.

A renda média do responsável pelo domicílio, apresentou correlação moderada positiva de acordo com a base de dados, porém é muito mais significativa nas primeiras séries do que nas séries finais do ensino fundamental.

O número de ocorrências de conflitos entre crianças e adolescentes com a lei, como por exemplo, furtos e agressões, demonstram relação indireta com a qualidade de ensino e mais significativas nas séries finais do ensino fundamental.

O último indicador analisado foi o número de crianças atendidas pelo PETI, representando a interferência do trabalho infantil sobre o desempenho dos alunos. O resultado indicou que a correlação é positiva, porém significativa apenas nas séries finais do ensino fundamental. Esse resultado mostra o efeito positivo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil desenvolvido em Curitiba sobre o desempenho dos alunos no IDEB.

Conforme os dados analisados, os determinantes da qualidade do ensino básico em Curitiba estão relacionados principalmente com as taxas de analfabetismo, o nível de renda, as condições de saneamento, além do número de bibliotecas disponíveis e a relação aluno/professor em se tratando do ensino de 1ª a 4ª série e do trabalho infantil, das relações aluno/escola e aluno/turma e as ocorrências de conflito com a lei considerando o ensino de 5ª a 8ª série.

CONCLUSÃO

O presente trabalho procurou enfatizar que o progresso econômico só se torna possível quando tem como base o desenvolvimento humano. O desenvolvimento humano por sua vez está fortemente correlacionado com os níveis educacionais. Uma sociedade mais educada representa maior capacidade de desenvolvimento tecnológico e social, proporcionando melhor qualidade de vida aos indivíduos, através da melhoria de um conjunto de fatores como o nível de renda, por exemplo.

O foco de discussão foi a questão da qualidade de ensino, procurando compreender os fatores determinantes dessa qualidade e as diferentes opiniões a respeito dos seus efeitos perante o processo de crescimento. Demonstrando que o ponto chave da discussão “economia e educação” é descobrir de que forma a qualidade de ensino permite o desenvolvimento de competências e habilidades e em um segundo momento, como essas competências e habilidades são capazes de afetar o crescimento.

De modo simplificado, os fatores capazes de afetar positiva ou negativamente o desempenho dos alunos estão divididos em dois grupos. O primeiro ligado às características da escola, como qualidade dos professores, do ambiente de ensino, da facilidade de acesso, da disponibilidade de livros e materiais didáticos. O segundo grupo diz respeito ao contexto no qual o aluno está inserido, levando em conta o ambiente familiar e comunitário, o nível social, além das condições de moradia, habitação e saúde.

Destacou-se a importância dada ao ensino básico pela comunidade internacional, uma vez que é nele que são construídas as bases para a formação e consciência da cidadania, principalmente através do acesso à leitura, à escrita e aos conhecimentos de uma forma geral, do desenvolvimento das capacidades individuais e do convívio social.

No Brasil, a análise do sistema de ensino básico demonstrou graves deficiências. As disparidades encontradas no acesso e na qualidade de ensino entre as regiões brasileiras, além de agravarem ainda mais as diferenças sociais e econômicas, dificultam a criação de políticas públicas capazes de atender às necessidades do sistema.

Os altos índices de taxa de analfabetismo, taxa de abandono e repetência encontrados no país, revelam a falta de eficiência dos programas voltados ao ensino desenvolvidos até o momento. Pois, apesar da melhora nos resultados de forma geral, o Brasil ainda está muito aquém na comparação com os resultados internacionais, tanto na questão do investimento em educação quanto nas avaliações realizadas, nas quais os alunos brasileiros obtiveram baixos desempenhos, ocupando as piores posições do *ranking*.

Contudo, é possível identificar alguns pontos positivos no sistema de ensino básico brasileiro. Algumas regiões do país demonstraram que independente dos aspectos relacionados à economia e a infraestrutura escolar é possível praticar um ensino de qualidade e gerar bons resultados.

O sistema de avaliação dos resultados ganhou maior credibilidade com a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, corrigindo as imperfeições do sistema anterior onde a avaliação era de responsabilidade de cada setor do sistema, gerando distorções entre os resultados das avaliações internas e externas. O IDEB contribui também para construção do panorama da situação educacional do país, identificando as áreas que necessitam de mais atenção e maiores recursos, permitindo assim a correção das distorções regionais.

Entretanto, o rendimento escolar não deve ser tomado como único processo de avaliação do ensino. Há necessidade também de avaliação da qualificação dos professores e dos programas educacionais implantados pelo Estado, medindo a eficiência dos mesmos e a forma como o sistema de ensino responde a esses programas.

O estudo enfatizou também a situação da educação na cidade de Curitiba, que em comparativo com o quadro nacional encontra-se numa posição mais favorável. No entanto, isso não representa nenhum mérito, a cidade assim como o país apresenta disparidades regionais significativas, em algumas regiões faltam vagas nas escolas e os problemas educacionais são acentuados pela situação de pobreza, baixa renda, baixa qualificação profissional, desemprego e exploração do trabalho infantil.

Na avaliação dos determinantes da qualidade do ensino básico na cidade, analisados por regionais, os fatores que se mostraram mais representativos foram: as

taxas de analfabetismo, revelando a importância do nível educacional da comunidade no desenvolvimento dos alunos, o nível de renda, as taxas de saneamento básico, a disponibilidade de bibliotecas e a relação aluno/professor com maior significância nas primeiras séries do ensino fundamental e o número de crianças atendidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, a relação aluno/turma e aluno/escola e as ocorrências de conflito com a lei com maior significância para as últimas séries do ensino fundamental.

A evidência empírica elaborada por HANUSHEK e WOBMANN (2007) mostra que a solução na obtenção de uma educação de qualidade está na contratação e retenção de bons professores. Porém a eficiência em ensinar de um professor não é facilmente identificada, o que dificulta sua avaliação, implicando na necessidade de tempo e recursos para monitoramento.

Outra solução para o problema educacional é a redução das desigualdades sociais, levando em conta que os resultados no desempenho de crianças de classe média e alta são superiores aos das crianças provenientes de famílias menos favorecidas economicamente, e que os estímulos intelectuais e emocionais recebidos pela criança nos primeiros anos de vida irão refletir na sua conduta e desempenho no futuro. Criar igualdade nas condições sociais seria o primeiro passo para uma melhora na situação educacional do país de forma homogênea.

Partindo do pressuposto que promover a redução das desigualdades sociais não é uma tarefa simples, convém ao governo desenvolver políticas educacionais específicas para as regiões com famílias de baixa renda, a fim de minimizar os efeitos das diferenças sociais sobre o aprendizado das crianças. Aumentando dessa forma a qualidade escolar, bem como a igualdade de oportunidades dentro e fora das escolas.

ANEXOS

Anexo I – Resultados IDEB e Prova Brasil 2005/2007 - Ensino Fundamental por núcleo da cidade de Curitiba

Ensino Fundamental Regular - Séries Iniciais (Até a 4ª série)
 IDEB e Prova Brasil por Núcleo - 2005 e 2007

NRE	IDEB				Prova Brasil											
	2005	2007 *	Cresc.	(%) Abs	2005		2007		Crescime							
					Matemática	L Portuguesa	Matemática	L Portuguesa		Matemática						
Matriz	5,5	1	6,0	1	9,1	2	211,74	1	208,12	1	227,46	1	208,86	1	7,4	3
Portão	4,8	4	5,5	2	14,6	1	203,12	2	192,36	3	220,77	2	199,24	2	8,7	1
Santa Felicidade	5,0	3	5,4	3	8,0	6	203,07	3	193,12	2	216,94	3	193,41	3	6,8	5
Boa Vista	5,1	2	5,2	4	2,0	8	201,01	4	191,84	4	212,29	5	191,35	5	5,6	7
Boqueirão	4,8	4	5,2	4	8,3	5	199,98	5	189,87	5	213,60	4	191,64	4	6,8	5
Bairro Novo	4,7	5	5,1	5	8,5	4	196,90	6	185,40	6	205,69	6	183,82	7	4,5	8
Cajuru	4,5	6	4,9	6	8,9	3	189,01	9	179,06	9	203,17	9	184,02	6	7,5	2
Pinheirinho	4,5	6	4,9	6	8,9	3	192,12	7	182,14	7	204,32	7	181,14	9	6,4	6
Cidade Industrial	4,5	6	4,8	7	6,7	7	189,62	8	180,54	8	203,18	8	183,07	8	7,2	4
-- CURITIBA --	4,7		5,1		8,5		196,20		186,20		209,19		187,77		6,6	

Ensino Fundamental Regular - Séries Finais (5ª a 8ª série)
 IDEB e Prova Brasil por Núcleo - 2005 e 2007

NRE	IDEB				Prova Brasil											
	2005	2007 *	Cresc.	(%) Abs	2005		2007		Crescime							
					Matemática	L Portuguesa	Matemática	L Portuguesa		Matemática						
Portão	4,7	1	4,7	1	0,0	2	273,68	1	252,47	1	273,06	1	252,86	1	-0,2	2
Cajuru	3,7	5	4,5	2	21,6	1	250,38	5	226,85	5	266,79	2	246,84	2	6,6	1
Boa Vista	4,1	3	4,1	3	0,0	2	270,23	2	246,66	2	257,87	3	243,62	3	-4,6	5
Cidade Industrial	4,2	2	4,0	4	-4,8	3	255,81	3	231,19	4	252,53	4	229,41	5	-1,3	4
Bairro Novo	4,0	4	4,0	4	0,0	2	251,76	4	237,30	3	249,99	5	230,79	4	-0,7	3
-- CURITIBA --	4,2		4,2		0,0		260,80		238,80		258,58		238,97		-0,9	

Fonte: MEC / INEP.

Elaboração: SME - Depto. Planejamento e Informações - 2008.

Nota: (*) O IDEB 2007 dos núcleos foi calculado através da média aritmética simples do IDEB das escolas.

REFERÊNCIAS

- ALBERNAZ, A., FERREIRA, F. H. G., e FRANCO, C. *Qualidade e eqüidade na educação fundamental brasileira*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Economia, 2002.
- ALMEIDA, E., PEREIRA, R. *Críticas à teoria do capital humano (uma contribuição à análise de políticas públicas em educação)*, 2000.
- BARRO, R. J.; SALA-I-MARTIN, X. *Technological diffusion, convergence and growth*. *Journal of Economic Growth*, v. 2, n. 1, 1997.
- BARROS, R., et al. *Determinantes do Desempenho Educacional no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- BARROS, R., HENRIQUES, R., MENDONÇA, R. *Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 42, 2000.
- BARROS, R., MENDONÇA, R. *Por que o Brasil é mais pobre do que os países industrializados? O Brasil no fim do século: desafios e propostas para a ação governamental*. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.
- BARROS, R., MENDONÇA, R. *O impacto de gestão escolar sobre o desempenho educacional*. Washington: BID, 1997.
- BLAUG, Mark. *Introdução à Economia da Educação*. Porto Alegre: Editora Globo, 1975.
- CARDOSO, A. R., VERNER, D. *School drop-out and push-out factors in Brazil: The role of early parenthood, child labor, and poverty*. Banco Mundial, 2007.
- CASTRO, C. M. *Desenvolvimento Econômico, Educação e Educabilidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1976.
- GOULD, D. M.; RUFFIN, R. J. *What determines economic growth?* Federal Reserve Bank of Dallas. *Economic Review*, 1993.
- EASTERLY, W. *O Espetáculo do Crescimento*. Rio de Janeiro, 2004.
- GUJARATI, D. N.; *Econometria Básica*, ed. Makron Books, 1996.
- HANUSHEK, E.A. *The Economics of School Quality*. *German Economic Review*, 2005.
- HANUSHEK, E.A., KIMKO, D.D. *Schooling, Labor-Force Quality, and the Growth of Nations*. *The American Economic Review*, 2000.

HANUSEK, E.A., WOBMANN, L. *The Role of Education Quality and Economic Growth*. Banco Mundial, 2007.

<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=778755&tit=Curitiba-tem-melhor-nota-entre-capitais-na-educacao&tl=1>

INEP. Dados Censo Escolar, disponível em www.inep.gov.br, acesso em 20 de outubro de 2008.

IPPUC. Dados Núcleos Regionais Curitiba, disponível em http://ippucnet.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/Curitiba_em_dados_Pesquisa.asp, acesso em 20 de outubro de 2008.

LUCAS, R. *On the Mechanics of Economic Development*. Journal of Monetary Economics, 1988.

MUSSEN, P.H. *O desenvolvimento psicológico da criança*, 5ª edição. Rio de Janeiro, 1970.

Programas e Serviços de Educação em Curitiba, disponível em www.cidadedoconhecimento.org.br/cidadedoconhecimento, acesso em 20 de outubro de 2008.

RIBEIRO, V. M. *Alfabetismo funcional: referências conceituais e metodológicas para a pesquisa*. Educ. Soc., 1997.

RIGOTTI, J.I.R. *A transição da escolaridade no Brasil e as desigualdades regionais*. Revista Brasileira de Estudos de População, v.18, n.1/2, 2001.

SCHULTZ, T. *Capital Humano: Investimentos em educação e em pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SOARES, J. F. *Determinantes da Educação da Educação no Brasil*. GAME – FAE - UFMG, 2003.

THE ECONOMIST. Economics Focus - Counting heads. *A breakthrough in measuring the knowledge economy*, 2004.

UZAWA, H. *Optimum Technical Change in an Aggregative Model of Economic Growth*. International Economic Review, 1965.